

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
Curso de Psicologia

A PSICANÁLISE NA LENTE DE GEORGES POLITZER

Dario de Negreiros

São Paulo
2009

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE
Curso de Psicologia

A PSICANÁLISE NA LENTE DE GEORGES POLITZER

Dario de Negreiros

Trabalho de Conclusão de Curso como
exigência parcial para graduação no
curso de Psicologia, sob orientação do
Prof. Dr. Raul Albino Pacheco Filho.

São Paulo
2009

*À Cata e à Isa,
sem quem não haveria, para mim, sequer a conclusão do curso,
quanto mais o trabalho.*

Agradecimentos

A *Georges Politzer*. Pela sua obra, pela sua luta.

Ao *Prof. Dr. Vladimir Pinheiro Safatle*, orientador da pesquisa maior na qual se insere este trabalho. Seu pensamento, sua obra, sua experiência intelectual, enfim, é, de fato, aquilo que me orienta.

Aos professores *Raul Pacheco* e *Sérgio Wajman*, pela dedicação e atenção com as quais conduziram a orientação deste Trabalho de Conclusão de Curso. A *Franklin Goldgrub*, por ter aceitado gentilmente avaliá-lo, e por um dia ter me dado o incentivo de que eu carecia para me decidir de vez pelos estudos filosóficos: “Filosofia – pelo menos nunca o ouvi falar – não faz mal a ninguém”, disse-me. Agradeço, ainda, à *Maria Tereza de Azevedo Pires Sério*, a *Téia*, e a *Bruno Dallari*, por serem os responsáveis pelas aulas mais estimulantes que tive nesta universidade.

A *Fábio Franco*, cujo auxílio às reflexões aqui presentes não posso agradecer suficientemente, e aos demais *amigos do Departamento de Filosofia da Universidade de São Paulo*. Cabe-lhes o célebre dito espinosano: “*Nada estimo mais, entre todas as coisas que não estão em meu poder, do que contrair uma aliança de amizade com homens que amem sinceramente a verdade*”.

Como agradecimento a todos meus *demais amigos da Faculdade de Psicologia da PUC*; e como agradecimento, ainda, a *meus familiares*, a quem devo tanto, se não quase tudo, peço que ambos os grupos sintam-se representados, aqui, por um só nome:

à *Olivia*, minha amiga; à *Olivia*, minha sobrinha.

*

Agradeço à *Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo* pelo financiamento da pesquisa de Iniciação Científica intitulada *Da tese de doutorado de Jacques Lacan em suas relações com Georges Politzer*, no interior da qual se insere este trabalho.

Os cientistas, em sua maioria, são pesquisadores que, não possuindo nem o sentido da vida, nem o da verdade, não são capazes de trabalhar senão sob o abrigo de princípios reconhecidos oficialmente: não se pode exigir deles o reconhecimento de uma evidência que não é dada, mas que ainda está por ser criada.

Georges Politzer

NEGREIROS, Dario de. *A psicanálise na lente de Georges Politzer*. São Paulo, 2009. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso, sob orientação do Prof. Dr. Raul Albino Pacheco Filho) – Faculdade de Ciências Humanas e da Saúde, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

RESUMO

Esta pesquisa tem o objetivo de explicitar o diagnóstico realizado por Georges Politzer acerca da psicanálise freudiana. Para tanto, realizaremos uma análise estrutural da obra *Crítica dos Fundamentos da Psicologia*, publicada em 1928. Se neste texto, por um lado, Politzer identifica a psicanálise como a primeira vez na história em que conhecimentos psicológicos são, de fato, produzidos, por outro, recusa de bojo toda a metapsicologia freudiana, por meio da qual o psicanalista traduziria “suas descobertas fecundas em esquemas perfeitamente estéreis”. A *Crítica dos Fundamentos da Psicologia* parece inaugurar, assim, um procedimento que ainda seria muitas vezes levado a cabo por autores vindouros: dissociar método psicanalítico e doutrina psicanalítica, aceitando o primeiro e recusando a segunda. Avaliaremos, portanto, o que, na lente de Politzer, a psicanálise possui de concreto e o que ela possui de abstrato.

Palavras-chave: Georges Politzer; epistemologia da psicanálise; filosofia da psicanálise; psicologia concreta.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

1. Politzer e sua crítica.....	8
2. Da questão de método.....	13
3. Breve nota biográfica.....	16

CAPÍTULO I: A PSICOLOGIA CLÁSSICA

1. Quem é o psicólogo clássico?.....	17
2. O introspeccionismo e o mito da vida interior.....	21
2.1. O desdobrar de uma narrativa: o realismo na psicologia introspeccionista.....	26
3. A psicologia objetivista ou o avesso de uma ilusão.....	35

CAPÍTULO II: RUMO AO CONCRETO

1. Vers le concret.....	42
2. Quando só é possível despertar sonhando: a psicanálise e o nascimento da psicologia concreta.....	49
3. O sentido da subjetividade e a subjetividade do sentido.....	59

CAPÍTULO III: O RETORNO AO ABSTRATO

1. Morte à metapsicologia!.....	67
2. O sintoma de Descartes.....	74

CONCLUSÃO: TRABALHANDO SOBRE ESCOMBROS.....

Por uma ciência da subjetividade: Lacan, leitor de Politzer.....	84
--	----

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....

INTRODUÇÃO

*Sob sua pena, a língua francesa possui uma verve e uma fineza incomparáveis.
Esse húngaro não respeita nada, nem as celebridades, a quem trata de vasos de
porcelana, nem a famosa ‘inteligência francesa’, cujo ridículo fustiga com toda força
(...) No cerne da situação francesa, Politzer permanece como um inovador.*

Elizabeth Roudinesco

1. Politzer e sua crítica

“Se ninguém sonha em protestar contra a afirmação genérica de que as teorias são mortais e de que a ciência não pode avançar senão sobre suas próprias ruínas, é porém difícil demonstrar aos seus representantes a morte de uma teoria presente”. Esta, que é a primeira frase da *Crítica dos Fundamentos da Psicologia*¹, resume de modo admirável a operação que virá adiante. Há um morto sendo tratado como vivo: trata-se do cadáver da *psicologia clássica*, com seus pressupostos falsos e seus procedimentos abstratos.

Mas Politzer não se limitará a explicitar os motivos pelos quais a psicologia teria sido, até então, uma ciência estéril; a CFP não é meramente um texto que lista problemas, mas uma obra que aponta um novo caminho. Com efeito, se, por um lado, Politzer dizia que a “história de cinquenta anos, da qual os psicólogos são tão orgulhosos, não é senão a história de um charco de rãs” (CFP, p.2)², por outro, afirmava com não menos entusiasmo que, depois de tantos anos repletos de esforços inúteis, finalmente “um sopro novo faz-se sentir” (CFP, p.7).

Este sopro seria dado por três novas tendências, a saber: a psicanálise, a *Gestalttheorie* e o behaviorismo. Dentre elas, merece destaque a psicanálise, que não só

¹ Para nos referirmos a esta obra, em torno da qual gira todo este trabalho, utilizaremos, mesmo em nossas citações, a sigla CFP.

² Seguiremos sempre a paginação da edição francesa (Paris: PUF, 2003), em livre tradução. Apesar da edição brasileira (Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1998) ter-nos sido de muita valia como auxílio para nossas traduções, além de trazer um já clássico prefácio escrito por Osmyr Gabbi Jr., não podemos deixar de registrar o fato de que existem nela inúmeros erros que interferem, muitas vezes de modo radical, no sentido do texto original.

sinalizaria que a psicologia poderia sair das sombras como *já seria, de fato*³, produtora de conhecimentos psicológicos verdadeiros. E será, precisamente, a análise da *metodologia* psicanalítica que permitirá a identificação precisa da mudança fundamental nos procedimentos que teria possibilitado a construção de tal sorte de conhecimento. Fazemos uma longa citação da CFP, que deixa clara toda esta operação:

Estudamos a psicanálise na *Traumdeutung* a fim de extrair desse estudo um ensinamento para a psicologia. Encontramos no freudismo uma nova inspiração, contrária àquela da psicologia clássica [...] Aprofundando a maneira como Freud vê os problemas e concebe seu método, nós chegamos a destacar as principais características da psicologia concreta e, uma vez de posse das suas exigências, elas nos permitiram descobrir procedimentos fundamentais da psicologia clássica, como o *realismo*, o *formalismo* e a *abstração* (CFP, p.239).

Deveremos compreender, então, em que consistem estes três procedimentos típicos da psicologia clássica que, quando adotados, condenariam o trabalho do psicólogo a cair no vazio. Para tanto, nenhum exemplo pode ser melhor do que aquele que pode ser considerado o procedimento fundador da psicanálise: a interpretação dos sonhos.

Como procederia a psicologia clássica diante da tarefa de analisar este fato psicológico? De saída, busca-se construir noções de classe, ou seja, tenta-se descrever alguns processos gerais, comuns a todas as pessoas, e que, ao interagirem entre si, produzem aquilo que entendemos por sonho. Isso tudo fica claro em explicações como: *conteúdos mnêmicos adquiridos ao longo do dia são reorganizados por atividades cerebrais autônomas que os transformam em imagens projetadas na mente*.

Notemos o que ocorre nessa explicação, criada aqui a título de exemplo. De imediato, fica evidente seu caráter impessoal, ou seja, não estamos falando do sonho de João, nem do sonho de Pedro, estamos falando, simplesmente, do ato de sonhar. Trata-se de uma perspectiva eminentemente *formalista*, uma perspectiva, como diz Politzer,

³ Cabe observar a existência de uma certa similitude entre a CFP e a *Crítica da Razão Pura*, de Kant. Em ambas, a *análise da metodologia* de ciências que produziriam conhecimentos verdadeiros (a matemática e a física, para Kant, e a psicanálise, para Politzer) forneceria elementos para que justificássemos, *de direito*, a existência *de fato* deste tipo de conhecimento.

de terceira pessoa, que elimina a participação do sujeito em seu próprio ato. Não é João que produz seus sonhos, mas são os processos internos, na cabeça de João, que o fazem. Processos que são, claro está, tratados como entidades reais, substantivados, num ato de pura *abstração*. Cria-se, assim, a ilusão da existência de uma *vida interior*.

Neste contexto, a *Gestalttheorie* e o behaviorismo são correntes que trazem avanços consideráveis. A primeira, ao ressaltar que “o psíquico só pode ser apreendido como totalidade e não enquanto elementos distintos que são posteriormente associados” (GABBI, 1998), escapa ao caráter atomístico e formalista da psicologia clássica. Por sua vez, o behaviorismo de Watson, ao fazer do homem *tabula rasa*, renuncia ao mito da vida interior. No entanto, ambas continuam presas à alternativa dualista do mente x corpo, dentro x fora, introspecção x percepção externa. Não interessa qual o lado destes embates que escolhemos: se o lado da percepção interna, como os psicólogos introspeccionistas, se o lado da percepção externa, como o behaviorista. O importante, como já vimos, é “consentir em lançar na base da ciência psicológica um *ato de conhecimento de uma estrutura mais elevada do que a simples percepção*” (CFP, p.247).

É preciso, portanto, abandonar este dualismo posto pela *percepção* e entender que, ao psicólogo, cabe a tarefa da *compreensão*. Pois o fato psicológico só adquire seu sentido quando é relacionado à história de vida do sujeito, na qual está inserido. A descrição mecânica de um gesto não é, *ainda*, um fato psicológico, nem mesmo estados mentais supostamente conhecidos pela consciência de modo imediato: ambos carecem de sentido. “Mas é o *gesto esclarecido pela narrativa* que é o fato psicológico” (CFP, p.248), o gesto enquanto parte do *drama histórico* que é a vida de seu autor.

Seria esta a revolução metodológica trazida por Freud: o método psicanalítico exige que o sujeito volte a ser o responsável pelo fato psicológico. Em vez de falarmos “do sonho”, passamos a falar do sonho de Hans, dos sonhos do próprio Sigmund Freud, enfim, de um sujeito que sonha, sujeito cuja história de vida deverá ser compreendida para que seu sonho adquira algum sentido. Deixam-se de lado os procedimentos abstratos; funda-se uma *psicologia concreta*⁴. Assim:

⁴ “O termo “concreto”, tão utilizado por filósofos e psicólogos à época, indica simplesmente o campo da experiência sócio-histórica no qual os indivíduos estão inseridos” (SAFATLE, 2008a).

Freud deve, portanto, substituir a introspecção pela narrativa. Sendo o fato psicológico um segmento da vida de um indivíduo singular, não é a matéria nem a forma de um ato psicológico que são interessantes, mas o sentido desse ato, e isso não pode ser esclarecido senão pelos materiais que o próprio sujeito fornece por meio de uma narrativa (CFP, p.85).

É por esse motivo que Politzer encontrará no teatro a metáfora ideal para descrever a psicologia concreta. Ali, “o que nos impressiona é o *ciúme de Otelo* e não o ciúme; *a ambição de Ricardo III* e não a ambição” (GABBI, 1998, p.XIV). Daí a noção de *drama* como o ponto de vista do psicólogo por excelência: no teatro, todo e qualquer ato de um personagem só faz sentido se inserido no drama que no palco se desenrola.

Ocorre que a psicologia pretende, de alguma forma, possuir um caráter geral, ou seja, pretende falar *do homem*, não apenas de Joãos e Pedros. Como, então, teorizar sem cair em abstracionismos? É isto, precisamente, que Freud teria conseguido fazer com a tese fundamental da obra fundadora da psicanálise, que diz: *os sonhos são realizações de desejos*. Daí o caráter central da posição do conceito de desejo na psicanálise: por remeter imediatamente à vida do sujeito, este conceito possibilitaria uma afirmação de caráter geral que, ao mesmo tempo, insere-se no drama histórico de cada indivíduo. Assim, pela primeira vez em toda a história da psicologia, teríamos uma verdadeira descoberta. Como diz Simanke:

é a referência ao desejo que permite conceder um caráter concreto ao sentido do sonho captado na interpretação, pois trata-se de um fator que emerge de uma situação vital e histórica estritamente individualizada (SIMANKE, 2002, p.178).

Mas, dirá Politzer, “Freud é tão espantosamente abstrato em suas teorias quanto é concreto em suas descobertas” (CFP, p.209). E é aqui que chegamos à essência da leitura politzeriana da *Traumdeutung*: depois de fundar uma psicologia concreta, nos primeiros capítulos, Freud, no Capítulo VII⁵, reintroduziria a fórceps esta prática no interior da psicologia clássica. Ora, não é difícil imaginarmos como seria possível, com

⁵ “A Psicologia dos Processos Oníricos” (FREUD, 2001, p. 492).

os conceitos psicanalíticos, construir uma descrição do sonho em terceira pessoa, e, ao menos para Politzer, tão formal, tão impessoal e tão abstrata quanto aquela que fizemos acima. Vejamos: *durante o sono, a censura existente entre os sistemas Inconsciente e Pré-consciente relaxa suas atividades e, ao fazê-lo, permite que impulsos reprimidos do Inconsciente alcancem uma expressão, possibilitando, assim, que a regressão alucinatória característica dos sonhos ocorra* (cf. FREUD, 2001, p.545). Deste modo, “o psicanalista funda, com efeito, procedimentos verdadeiros sobre princípios falsos ao traduzir suas descobertas fecundas em esquemas perfeitamente estéreis” (CFP, p.135).

A CFP parece inaugurar, assim, um procedimento que ainda seria muitas vezes levado a cabo por autores vindouros: dissociar método psicanalítico e doutrina psicanalítica, aceitando o primeiro e recusando a segunda. E é justamente isso, *essa tensão interna à psicanálise*, que este trabalho pretende analisar: veremos, aqui, o que, na lente de Politzer, a psicanálise possui de concreto e o que ela possui de abstrato.

*

*Ora, o historiador não é, em primeiro lugar, crítico, médico,
diretor de consciência; ele é quem deve aceitar ser dirigido,
e isso consentindo em colocar-se nesse tempo lógico,
de que pertence ao filósofo a iniciativa.*

Victor Goldschmidt

2. Da questão de método

Eis um aviso útil a todos os psicanalistas: vocês devem se sentir muito bem ao longo da maior parte deste trabalho, elogiados que serão. Mas não se iludam: isto será feito tão somente para que, das alturas, o tombo da teoria psicanalítica tenha proporcional intensidade, tal como Politzer tentou lhe imprimir.

Não decorre, entretanto, deste alerta, ao contrário do que se poderia pensar, um juízo antecipado a respeito da validade das teorizações freudianas. E acaso aqui pareçamos cair em contradição, a simples exposição de nosso método, que se pretende uma *leitura estrutural da Crítica dos Fundamentos da Psicologia*, deve bastar para desfazer o paradoxo.

Sobre esta *atitude que decidimos adotar frente ao texto de Politzer*, desconhecemos explicação mais clara do que a de Rubens Rodrigues Torres Filho:

As técnicas da análise estrutural de texto, não obstante o rigor, o academicismo e as “finezas” que se costumam atribuir-lhe, obedecem a normas bastante simples. Toma-se um segmento do autor, seccionado de seu contexto em pontos que indiquem uma articulação aparentemente natural (parágrafo, capítulo, passo da argumentação), e procura-se explicá-lo internamente, isto é, com os próprios recursos que ele oferece (TORRES FILHO, 2004, pp.138-139).

Não tentaremos descobrir se a letra freudiana efetivamente merece um ataque como o de Politzer. Para tanto, deveríamos empreender uma análise rigorosa da obra de

Freud – tarefa que escapa por completo ao escopo de um trabalho como este, ainda que possa e deva ser realizada em um momento posterior. Façamo-nos, por enquanto, ao lado de Politzer, advogados de acusação, já que a Freud, que aqui ocupará o banco dos réus, não faltam os mais primorosos defensores ⁶. Não é por outra razão, aliás, que o texto politzeriano será, neste trabalho,

interrogado *conceitualmente*, e não tematicamente: não se procurará saber *o que* ele diz – muito menos o que o autor *quis* dizer – mas *como* ele funciona; não os conhecimentos ou informações de que ele seria veículo – eventualmente, a respeito do “pensamento do autor” – mas *o que acontece* nele (TORRES FILHO, 2004, pp.139).

Nosso trajeto é simples e bastante similar àquele adotado na CFP, podendo ser dividido em três etapas bem definidas. A princípio, explicitaremos qual é, exatamente, a crítica a qual Politzer submete tudo aquilo que, à sua época, pretendia receber o nome de psicologia. Veremos, em seguida, como e por quais motivos a psicanálise seria, finalmente, a primeira tentativa bem sucedida de se produzir conhecimentos psicológicos verdadeiros. Por fim, seremos porta-vozes do ataque politzeriano às tentativas freudianas de sistematização teórica do método psicanalítico.

À guisa de conclusão, tentaremos indicar, de modo ainda temerário e incipiente, uma possibilidade de articulação e desenvolvimento do pensamento de Politzer, tal como levado a cabo por Jacques Lacan em sua tese de doutorado de 1932. Mas este tópico não passará de uma mera indicação daqueles que devem ser os desdobramentos futuros de nossa pesquisa.

Fazer o texto falar, explicitar a tessitura do pensamento, muitas vezes escondida em meio a um emaranhado de argumentações distintas: não há modo melhor de se conhecer uma obra do que levando a cabo um trabalho de fortalecimento dos argumentos que a compõem. Em outras palavras, *nós nos esforçaremos até o limite de*

⁶ “Uma etapa posterior – e bem distinta, que *pressupõe* o término dessa primeira abordagem aparentemente formal – é o comentário, em que se discutirão as idéias construídas pelo texto que foi analisado e suas implicações mais gerais” (TORRES FILHO, 2004, pp.139). Nós devemos nos restringir, portanto, à primeira etapa.

nossa capacidade argumentativa para desfazer as eventuais falhas que a obra escolhida como objeto de nossa análise eventualmente carregue.

Enfim, enunciemos claramente nosso convite: a todos aqueles que reconheçam como saudável o esforço de *pensar com um outro*, e muitas vezes *contra si mesmo*, a vocês confiamos nosso texto.

*

3. Breve nota biográfica

Nascido na Hungria, Georges Politzer chegou a Paris em 1922, com 19 anos. Havia participado da fracassada *Revolução Comunista de 1919*⁷ e fugia do governo ditatorial que ali se implantara. Antes disso, teve uma rápida passagem por Viena, onde supostamente conheceu Sigmund Freud, já que “tudo indica que tenha participado de algumas sessões da Sociedade Psicanalítica das Quartas-Feiras por indicação de Sándor Ferenczi, que era amigo de seu pai” (MARIGUELA, 2005, p.86).

Ainda em 1928, o jovem Politzer publicaria a *Crítica dos Fundamentos da Psicologia*, como parte de um projeto que restaria inacabado. Este pequeno livro – que seria, no final das contas, sua grande obra – fora originalmente concebido como o primeiro tomo de um trabalho intitulado “*Matériaux pour la Critique sur les Fondements de la Psychologie*”. Os outros dois tomos, que nunca foram escritos, seriam dedicados à Teoria da Gestalt e ao behaviorismo, respectivamente. Estes três tomos, ainda, seriam também apenas uma parte de outra obra ainda maior: *Essai Critique sur les Fondements de la psychologie*.

Filho de judeus, militante do Partido Comunista Francês — professou o pensamento marxista na Universidade Operária de Paris, chegando a ser conhecido como “o filósofo vermelho” — e participante atuante da Resistência Francesa, Politzer possuía quase todas as características possíveis para que fosse alvo privilegiado das tropas de Hitler, das quais não conseguiria escapar: em maio de 1942, foi preso, torturado e executado por um pelotão de fuzilamento; Mãe Politzer, sua esposa, morreria em Auschwitz.

Ainda assim, como veremos, aquela crítica escrita por um jovem de 25 anos seria suficiente para marcar de modo indelével o pensamento francês no séc. XX. Uma marca que, tal qual cicatriz indesejável ou tatuagem estigmatizante, parece ter sido disfarçada por aqueles que a gravaram na pele. Mas já não há mais motivos para que não a tornemos exposta, e digamos claramente: se houve um Jacques Lacan, um Maurice Merleau-Ponty, um Jean Paul Sartre ou um Michel Foucault, foi porque, antes deles, houve Georges Politzer. E é esta dívida mal paga que, com o nosso trabalho, modestamente nos esforçamos para compensar.

⁷ “Também conhecida como *Comuna de Budapeste*, liderada pelo chefe do Partido Comunista Bela Kun. Vítima de uma violenta repressão, a Comuna foi destruída e a Hungria tornou-se, lentamente, um dos governos mais reacionários da Europa no período entre-guerras, sob a ditadura do Almirante Horthy”. (*Revista de Economia & Relações Internacionais*, vol.5(8), jan.2006)

I. A PSICOLOGIA CLÁSSICA

*Se se chama psicologia clássica aquela que se pretende refutar,
é preciso dizer que em psicologia há sempre clássicos disponíveis para qualquer um.*

Georges Canguilhem

1. Quem é o psicólogo clássico?

Parafraseando o dito segundo o qual “sempre se é o *imoralista* de alguém”, dizia Bento Prado Jr. que, do mesmo modo, “sempre se é o *irracionalista* de alguém”. Parafraseando-os ambos, Vladimir Safatle viria a dizer que “sempre se é o *niilista* de alguém”. E talvez pudéssemos nos servir da ironia de Canguilhem para parafraseá-los todos, e dizermos então que, nas querelas psicológicas, “sempre se é o *psicólogo clássico* de alguém”. Isto porque, tal como os adjetivos ao qual aludiam os filósofos brasileiros, a psicologia clássica, à qual tanto se refere Politzer, é antes uma *definição negativa* do que positiva: ela é o lugar dos erros, das falhas, dos procedimentos falsos, das ilusões, enfim, de tudo aquilo que *não* deve ser feito.

Ocorre que quem assim constrói um conceito só pode ter a intenção de — para usarmos termos caros a Politzer — dar concretude a algo eminentemente abstrato, uma vez que tal conceito representa tão somente *o negativo de seu ponto de vista*. Trata-se de uma estratégia ardilosa, que invariavelmente rotula de irracionalista, de niilista, ou, neste caso, de psicólogo clássico “sempre o outro, aquele que preciso desqualificar para elevar o fundamento de minha perspectiva de avaliação à condição de princípio inquestionável” (SAFATLE, 2008).

Com esta operação ilegítima — que permite ao argumentador esconder o fundamento no qual ele se apóia, e que ele tanto teme colocar em discussão — tenta-se transformar em um problema imanente, i.e., em um *problema de consistência interna de um pensamento*, aquilo que é, na verdade, um problema transcendente, ou seja, *um problema de inadequação de um pensamento a um princípio que lhe é exterior*. Em outras palavras, fazendo do negativo de si mesmo uma realidade à parte, o argumentador esconde o lugar do qual fala, como quem quer encarnar no mundo sua própria perspectiva epistemológica e, assim, se furtar ao debate.

Mas esta crítica, diga-se logo, não cabe a Politzer. Nosso autor chega mesmo a ela se antecipar:

como entendemos por psicologia o contrário da psicologia clássica, é natural, com efeito, que os procedimentos desta última não possam ter sentido ‘psicológico’ algum (CFP, p.241-242).

E isto ele diz para, logo no parágrafo seguinte, expor claramente quais são aquelas que ele considera as “condições de existência de uma psicologia positiva” (CFP, p.242)⁸. Assim, ao fazer questão de explicitar suas definições de ciência, de psicologia, de fato psicológico, etc., Politzer deixa mais do que claro de onde parte seu ataque.

Se os parágrafos anteriores não nos servem, portanto, como crítica, mas meramente como uma ressalva, sua relevância nem por isso é menor. Pois é precisamente a inobservância deste aviso que pode vir a fazer de um entusiasta do pensamento politzeriano uma espécie de pregador de suas palavras, sempre pronto a salvar das trevas os eternamente iludidos “psicólogos clássicos”.

Transformando seus fundamentos em dogmas e seus princípios em preconceitos, quem segue esta espécie de profissão de fé restringir-se-á à dita *perspectiva da rã* nietzscheana: “Condenada aos pântanos, ela [a rã] não permite aprofundar para descobrir sobre o que se fundam os preconceitos nem voar para ultrapassá-los” (MARTON, 1999). Mas, se diante de qualquer obra intelectual esta dupla tarefa se nos coloca, respeitemos, outrossim, sua ordem de execução, pois só alça um bom vôo aquele que antes se aprofundou suficientemente. Para tanto, devemos nos haver com as rãs, não as de Nietzsche, mas as de Politzer. Lê-se, logo no início da CFP:

esta história de cinquenta anos de que os psicólogos são tão orgulhosos não é senão a história de um charco de rãs. Os psicólogos, incapazes de descobrir a verdade, esperam-na a cada dia de qualquer um e de qualquer lugar, mas como não têm nenhuma idéia da verdade, não sabem nem reconhecê-la,

⁸ A análise das condições postuladas por Politzer será feita mais adiante.

nem captá-la: eles a vêem em qualquer coisa e tornam-se vítimas de todas as ilusões (CFP, p.2).

“Ou seja”, diz Safatle, “trata-se de colocar em suspeição tudo aquilo que se apresentava como progresso na fundamentação do conhecimento dos fatos psicológicos desde que Wundt aparecera como fundador da psicologia moderna por ter sido o responsável pelo primeiro laboratório do mundo dedicado à psicologia experimental” (SAFATLE, 2008a). Mas o que seria, enfim, a psicologia clássica? Longe de poder ser identificada de modo inequívoco a uma ou outra corrente da psicologia, ela constitui antes um dispositivo com o qual nosso autor pôde agrupar todos os tipos de princípios e de procedimentos que seriam produtores de falsos conhecimentos. Como diz Gabbi Jr.:

Sob o nome de *psicologia clássica*, Politzer relaciona uma série de pressupostos compartilhados por diversas escolas psicológicas, que certamente não se reconheceriam sob esse título (GABBI, 1998).

Assim, se o que faz o pensador húngaro é algo da ordem de um *recenseamento de pressupostos supostamente falsos que poderiam ser encontrados em diversas correntes psicológicas*, é de maior valia para nossa pesquisa a análise e a explicitação de tais pressupostos do que a identificação destas correntes, já que esta última poderia nos levar a querelas específicas que nos desviariam de nosso objetivo. Apenas uma diferenciação essencial, dentre todas as correntes existentes, pode aqui nos ajudar: trata-se da bipartição da psicologia clássica em *psicologia introspeccionista* e *psicologia objetivista*.

Pois aquela história de cinquenta anos, ou aquele “charco de rãs”, caracteriza-se por uma “oscilação desesperadora entre introspecção e objetividade” (CFP, p.243), oscilação que nada mais guarda a não ser *dois modos de formulação do mesmo erro*. Isso porque, na raiz de ambas as vertentes, está um procedimento fundamental da psicologia clássica: *o realismo*. E se este procedimento não é o mais importante de todos — pois “é a abstração”, diz Politzer, “o procedimento fundamental de toda a psicologia clássica” (CFP, p. 40) — não restam dúvidas de que ele é o mais remoto, sendo, portanto, condição necessária para a efetuação dos demais:

Objetivismo ou realismo (substancialismo, poderíamos acrescentar), tal é o pecado original da tradição da filosofia, que se desdobra nos pecados complementares da *abstração* e do *formalismo* (PRADO JR., 1991, p.22).

Tentemos, portanto, tornar claras estas ilusões que vitimariam os psicólogos clássicos, e que fariam deles, como diz Politzer, tão “cientistas como os selvagens evangelizados são cristãos” (CFP, p.6). Iniciemos nosso percurso com uma análise do introspeccionismo e de seu grande mito: *o mito da vida interior*.

*

*No caso do homem [...] supõe-se que não é possível
dar uma olhada no interior de seu mecanismo
B. Blackwell*

2. O introspeccionismo e o mito da vida interior

Se alguém perguntasse a Jacques Bouveresse qual era exatamente a descoberta fundamental que os textos de Wittgenstein lhe trouxeram à época da escrita de *Le mythe de l'intériorité*, a resposta, diz ele, seria clara: era-lhe colocada em xeque, pela primeira vez, a idéia “de que os acontecimentos e os processos mentais são “interiores”, “privados” e acessíveis de modo direto unicamente ao sujeito em questão por meio de uma faculdade introspectiva invariavelmente concebida sob o modelo da percepção imediata” (Cf. BOUVERESSE, 1987, p.11-12)⁹. Foi o filósofo austríaco, prossegue Bouveresse, que lhe mostrou como a noção de interioridade do mental era antes “uma construção filosófica, do que uma característica constitutiva de nossa intuição pré-filosófica” (idem).

Não se trata aqui, bem entendido, de uma crítica ingênua que consistiria em meramente substituir os misteriosos atos da alma por algo que possuísse densidade material, como os supostamente concretos “processos cerebrais”. Aquele que assim acredita resolver o problema, nada mais faz do que erigir em ídolos o mito do qual pretende escapar: a simples negação do caráter não-físico dos acontecimentos psíquicos, bem como sua substituição por um substrato material qualquer, mantém e consagra a existência do universo da interioridade do sujeito.

A saída definitiva deste “mundo interior” só se daria com uma mudança paradigmática: *o lugar privilegiado de acesso a todo conhecimento possível deve deixar de ser a consciência e passar a ser a linguagem*. Husserl seria, então, o último dos grandes defensores da filosofia da consciência, enquanto Wittgenstein, aquele que a demoliu por meio da cuidadosa destruição de seus pilares: os conceitos de sujeito, de significado transcendental, de essência, de intuição, de evidência como presença imediata e integral da coisa à nossa consciência, de saber e de verdade (Cf. BOUVERESSE, 1987, p.20).

⁹ As citações de Bouveresse foram traduzidas livremente do original.

A esta relação de oposição radical entre os dois filósofos — que atinge clareza máxima quando Wittgenstein é denominado de “Anti-Husserl” (BOUVERESSE, 1987, p.22) — segue, ainda, uma mudança do imperativo que cabe àqueles que se posicionam em cada um desses pólos: ao princípio metodológico dos filósofos da consciência, a saber, “não afirme nada que você não possa ver claramente”, os filósofos da linguagem oporiam como palavra de ordem: “não afirme nada que você não possa *mostrar (show)* claramente” (Cf. MAYS e BROWN, *apud* BOUVERESSE, 1987, p.25).

Começamos, aqui, a atingir o cerne das objeções colocadas por Bouveresse a Husserl: a experiência fenomenológica, por ser obrigatoriamente uma *experiência privada*, está condenada ao claustro particular daquele que a efetuou. O sujeito da experiência fenomenológica adquiriria, assim, um saber particular e inalienável: mesmo se concedermos que ele é, de fato, capaz de alcançar, ver e manejar a coisa ela-mesma, não obstante restaria a este sábio solitário a impossibilidade de *torná-la alcançável, vista e manejável* por outrem. Àquele que possui este maravilhoso “olho mental”, perguntará Bouveresse onde estaria seu “dedo mental”, com o qual ele apontaria aos outros aquilo que tem tão claramente em seu campo de visão individual (Cf. BOUVERESSE, 1987, p.27-29).

Não é o caso de ridicularizar o uso filosófico de palavras da linguagem comum; trata-se, antes, de perguntar o contrário: qual é a possibilidade que temos de instaurar um uso absolutamente novo de uma palavra? ou, ainda, o quanto podemos operar uma torção da língua de modo a despi-la de seus antigos significados? Isto porque, se é única e exclusivamente por meio da linguagem que se pode comunicar uma experiência vivida, aquele que, como Husserl, pretende chegar a um “começo radical e sem pressupostos da filosofia”¹⁰ deveria, antes disso, mostrar-se capaz de inventar uma língua nova, de criar uma linguagem que não carregue em si o peso das noções comuns e que lhe permita, assim, expressar sem distorções aquilo que lhe é dado de modo imediato.

A esta linguagem fundada *ab ovo* Wittgenstein dá o nome de *linguagem privada* e é justamente o absurdo desta idéia que ele irá demonstrar. Pois como poderia uma

¹⁰ “O objetivo nuclear da inquirição de Edmundo Husserl, aplicada “em decênios de meditação dirigida exclusivamente para essa meta”, consistiu, como ele próprio declarou, em “converter em realidade o começo radical de uma filosofia” (CARVALHO, 1965, p.V).

pessoa fazer-se compreender se só ela estiver a par do sentido que dá àquilo que diz? Tal impossibilidade é mais do que evidente no seguinte exemplo:

Se uma pessoa que declara sofrer uma dor violenta se comportar de maneira totalmente diferente daquela que normalmente se comporta alguém que sofre, nós não poderemos estar certos do sentido da palavra que ela utiliza e, no final das contas, nem mesmo ela poderá ter certeza (BOUVERESSE, 1987, p.30).

Não é por outra razão, dirá Bouveresse, que, nem Descartes, em sua dúvida radical, nem Husserl, em sua epoché transcendental, perguntarão o que acontece, neste instante, com a linguagem da qual se utilizam. Ora, é da boa e velha linguagem pública — a única possível — que eles se servem, com toda a herança histórica que carrega de impurezas os seus conceitos, condenando assim ao fracasso instantâneo a idéia de um discurso cujo ponto de partida constitua, de fato, um começo radical.

*

Se caberia realmente a Husserl tal apreciação crítica, este é um problema por demais complexo e que não analisaremos aqui. Procuremos compreender, tão somente, que tipo de noção de interioridade ou *princípio de imanência* estaria presente no pensamento de seu mestre: Franz Brentano. Quem nos autoriza esta referência é o próprio Bouveresse, que, ao falar dos processos mentais “interiores” que seriam acessíveis por meio de uma percepção imediata, exemplifica:

Brentano disse que as percepções desse gênero, as percepções “internas”, eram, rigorosamente, os únicos exemplos de percepção propriamente dita (BOUVERESSE, 1987, p.12).

Respeitemos, pois, a indicação do autor e tratemos daquilo que Brentano entendia como um fenômeno psíquico. Em *Psicologia do ponto de vista empírico*,

Brentano se mostra pouco satisfeito com as definições de fenômeno psíquico até então formuladas, todas partindo de sua oposição aos fenômenos físicos:

Todos os fenômenos físicos, diz-se, desenrolam-se no espaço e comportam uma localização precisa [...]. Isto é totalmente diferente nos fenômenos psíquicos: o pensamento, a vontade, não comportam nem extensão nem localização espacial (BRENTANO, 1944, p.99) ¹¹.

Ora, trata-se, observa Brentano, de uma definição puramente negativa e, por isso, insuficiente. A própria discussão existente sobre a possível extensão de alguns fenômenos psíquicos mostra bem a fragilidade de tal definição, diz o autor. E pergunta: “Que característica positiva [dos fenômenos psíquicos] poderíamos propor?” (BRENTANO, 1944, p.101). Ei-la:

O que caracteriza todo fenômeno psíquico é isso que os escolásticos da idade média chamaram de presença (*Inexistenz*) intencional (ou ainda mental) e é isso que nós podemos chamar [...] de relação a um conteúdo, direção a um objeto [...] ou objetividade imanente. [...]. Essa presença intencional pertence exclusivamente aos fenômenos psíquicos, nenhum fenômeno físico apresenta nada de semelhante (BRENTANO, 1944, p.102).

Assim, se, por um lado, Brentano caracteriza a intencionalidade como a *direção da consciência a um objeto*, por outro, destaca que “não se deve entender [este objeto] como uma realidade”, uma vez que se trata antes de uma “objetividade imanente (*immanente Gegenständlichkeit*)”, ou seja, de uma relação da consciência com um *objeto que lhe é imanente*, com algo de interior a ela. Os fenômenos psíquicos, para Brentano, “contém *em si* intencionalmente um objeto (*Gegenstand*)”.

Temos, deste modo, uma relação em que “o fundamento (o ato) tem realidade, mas o termo relacionado não precisa ter realidade” (KAUFMANN, 2000). Como bem definirá Husserl, “trata-se de uma relação entre duas coisas, ambas *realmente presentes*

¹¹ Os trechos da obra de Brentano foram traduzidos livremente da versão francesa.

na consciência do mesmo modo, ato e objeto intencional, [...] como um encaixar de conteúdos psíquicos uns em outros” (HUSSERL, *apud* KAUFMANN, 2000) ¹². E como se isso ainda não fosse suficiente para que nos convencêssemos da adesão de Brentano ao supracitado *princípio da imanência* — núcleo duro do mito da interioridade — convencer-nos-íamos logo nas páginas seguintes da obra, quando outra característica dita positiva é atribuída aos fenômenos psíquicos: a de que só eles são percebidos pela *consciência interior* e, ao contrário dos fenômenos físicos, percebidos *diretamente*, como uma *evidência imediata*.

Notemos, contudo, que, diferentemente de Descartes, para quem alguns de nossos pensamentos “são como imagens das coisas” (DESCARTES, 1983, p. 101) — e só a estes, diz ele, “convém propriamente o nome de idéia” (idem) — para Brentano, as idéias seriam *signos* das coisas, isto é, seriam objetos imanes que desempenhariam o papel de *signos* dos objetos reais, transcidentes à consciência. Ocorre que *ser signo*, tanto quanto *ser imagem*, não pode ser predicado real de um objeto que, como coisa física, só pode possuir predicados também físicos. E se um conteúdo não pode possuir em si mesmo o predicado de ser imagem ou signo de outra coisa, como poderíamos saber que este conteúdo funciona como representação de outro objeto, objeto este supostamente transcendente e inacessível à consciência diretamente?

Ei-los, pois, os filósofos representativos, levados a aporias quando questionados sobre o mundo exterior, presos que estão no interior de suas próprias consciências. E, como vemos, é precisamente a adesão de Brentano ao princípio de imanência que faz dele um alvo justo das críticas de Bouveresse: Brentano se perderá, enfim, no labirinto sem saída em que perambulavam todos os filósofos da modernidade, o labirinto solipsista do mito da interioridade.

*

¹² Como dissemos, não é nosso objetivo avaliar o que ocorre com o mito da interioridade em Husserl. Notemos, apenas, que, em vez da relação entre duas coisas imanes à consciência, em vez do entrelaçamento de dois conteúdos psíquicos, de dois objetos internos à consciência, o ato intencional define, em Husserl, o direcionamento da consciência para um objeto *que lhe é transcendente*. Deste modo, Husserl recusa a idéia de que “a consciência contém algo como seu objeto” (KAUFMANN, 2000) e parece romper com o princípio da imanência, presente no pensamento de Brentano.

2.1. O desdobrar de uma narrativa: o realismo na psicologia introspeccionista

Na psicologia, o resultado deste mito seria “a implementação clínica de um conceito normativo de sujeito baseada na autonomia espontânea, na transparência imediata de si a si e no rebaixamento do corpo enquanto pólo de determinação do sentido da conduta” (SAFATLE, 2008a), em outras palavras, “uma psicologia baseada nos usos clínicos da introspecção, uma certa ciência do sentido interno” (idem).

Começemos a tratar, então, em que consiste, *na visão de Politzer*¹³, o procedimento realista, pecado original, atitude fundante da psicologia clássica e de seus demais procedimentos abstratos:

Para a psicologia introspeccionista clássica, vinda diretamente do realismo, o fato psicológico é um *dado simples, relacionado a uma realidade perceptível* a qual se chama precisamente de *psíquico* (CFP, p.243).

Eis uma frase absolutamente fundamental para a compreensão daquilo que está em jogo na crítica politzeriana. Detenhamo-nos nela calmamente, portanto, analisando cada uma de suas partes. Em primeiro lugar, devemos perguntar: se não é um dado simples da percepção, o que seria um fato psicológico? Feito isso, poderemos tratar daquilo que aqui mais nos interessa: como este fato é transformado pela psicologia clássica em um dado perceptível.

Politzer nos lembra, a princípio, de que o objeto de toda e qualquer ciência, mesmo o das ditas ciências duras, nunca é um objeto encontrado no mundo, mas é sempre *um objeto construído*. Talvez seja difícil explicitar isso melhor do que do modo como o fez Immanuel Kant em seu célebre prefácio à segunda edição da *Crítica da Razão Pura*:

¹³ Não iremos, note-se bem, tratar da história do conceito de realismo na filosofia ou mesmo na teoria do conhecimento. Na primeira, este termo se prestou aos mais diversos usos, tornando-se tão vago que “os filósofos lhe adicionaram os epítetos mais variados para lembrar convencionalmente o sentido especial que eles dão a esta palavra” (LALANDE, 1991, p.893). Na teoria do conhecimento, por sua vez, diz-se que “há tantos realismos científicos quanto há realistas” ou, pior, que “há ainda mais caracterizações de realismo do que realismos” (CARMAN, 2005, p.43). Convém ficarmos, portanto, com o realismo de Politzer.

A razão [...] deve ir ao encontro da natureza, para ser por esta ensinada, é certo, mas não na qualidade de aluno que aceita tudo o que o mestre afirma, antes na de juiz investido nas suas funções, que obriga as testemunhas a responder aos quesitos que lhes apresenta (KANT, BXIII).

Tudo se passa como se — enquanto os empiristas, por um lado, acreditariam que a realidade nos seria dada pela sensibilidade, e os racionalistas dogmáticos, por outro, que ela seria alcançada meramente pela introspecção — Kant substituiu a necessidade, que subjaz a estas concepções, de uma “harmonia entre o sujeito e o objeto (acordo final)”, por um “princípio de uma submissão necessária do objeto ao sujeito” (Deleuze, 2000, p.21), de modo que o conhecimento passa a ser uma *síntese operada pelo sujeito entre razão e empiria*, entre suas condições formais (*a priori*) de conhecimento e os dados da realidade intuídos pela sensibilidade.

Em outra passagem esclarecedora da concepção kantiana de conhecimento, o filósofo dirá que “a razão só entende aquilo que produz segundo os seus próprios planos” (KANT, BXIII). Em outras palavras, o sujeito kantiano só conhece o objeto porque e na medida em que o constitui, *sendo o conhecimento o produto deste poder constitutivo do sujeito*, sinteticamente unido às condições de realidade, dadas pelo objeto por via sensorial.

Tanto quanto Kant, Politzer acredita que o cientista — tal como um juiz que impõe às testemunhas a obrigação de lhe fornecer uma narrativa específica, narrativa pautada por um interrogatório preciso composto por questões pertinentes apenas àquilo que pode ter repercussões juridicamente relevantes — deve impor ao que se lhe apresenta como objeto de interesse uma “transformação adequada, conforme ao seu ponto de vista” (CFP, p.43). Além de garantir a objetividade de seu estudo, “somente tal transformação pode dar aos fatos esta originalidade sem a qual uma ciência *especial* não possui nenhuma razão para intervir” (CFP, p.43).

E qual, então, seria a originalidade de objeto que justificaria a ciência da psicologia? Politzer responde: “*A característica mais evidente dos fatos psicológicos é a de estar ‘em primeira pessoa’*”¹⁴ (CFP, p.42). Vejamos — a partir de um exemplo com o qual mimetizamos um certo tom fenomenológico presente na CFP — como esta afirmação se justifica.

Você, leitor, neste momento, segura em suas mãos algumas páginas de papel, manchadas convenientemente com uma tinta preta que dá forma à representação gráfica de todas estas palavras que você está lendo. Este papel, esta tinta, são *fatos objetivos*, podendo ser objeto de estudo dos físicos, dos químicos, enfim, daqueles que se dedicam às ciências naturais e que, ao estudar estes objetos, sempre se referirão a eles *em terceira pessoa*.

Mas olhemos para esta situação, agora, de outro ponto de vista. Este mesmo papel, esta mesma tinta, são, para mim, um trabalho acadêmico; para você, trata-se de algo que consome seu precioso tempo e que lhe traz prazer ou chateação, ensinamentos que o ajudam ou erros crassos que o atrapalham. É assim, visto deste modo, *e somente deste modo*, ou seja, visto *em primeira pessoa*, que este objeto pode se tornar *um fato psicológico*. E é exatamente o mesmo que acontece com aquilo a que chamamos *vida*:

O termo “vida” designa um fato “biológico”, ao mesmo tempo em que designa a vida propriamente humana, *a vida dramática do homem*. Esta vida dramática apresenta todas as características que fazem um domínio susceptível de ser estudado cientificamente (CFP, pp. 11-12).

É, portanto, a característica de estar em primeira pessoa que garante ao fato psicológico a única originalidade que lhe é possível. *A fortiori*, é esta a única característica que “explica logicamente a necessidade de intercalar na série das ciências uma ciência ‘psicológica’” (CFP, p.43).

¹⁴ Grifo nosso.

Mas coloquemos essa discussão em outros termos, talvez menos obscuros. Com efeito, o que está sendo dito senão que há uma incompatibilidade essencial entre as ciências naturais e as ciências do homem? Ou, mais precisamente, que o método de redução matemático, cuja aplicação se revelou enormemente frutífera no campo da física, não é capaz de dar conta da especificidade do objeto da psicologia, e, por esse motivo, não pode ser útil também a esta ciência¹⁵.

E não é difícil perceber como, tanto na psicologia objetiva clássica quanto no behaviorismo, o que ocorre, no fundo, é a transposição de um método de redução próprio as ciências da natureza para o interior da psicologia, ou seja:

[...] a física matemática aparece enquanto padrão de racionalidade para a constituição da objetividade da psicologia. A objetividade do objeto da psicologia deveria ser pensada tal como a objetividade própria a fenômenos que são objetos da física, ou seja, a partir de possibilidade de mensuração, de redução quantitativa e de abstração a um padrão geral de cálculo (SAFATLE, 2008a).

É por termos interesse pelos fatos não só como fatos biológicos, físicos ou químicos — todos descritos em terceira pessoa — mas por também nos interessarmos por eles *na medida em que eles são postos em primeira pessoa*, que uma ciência psicológica, ainda que não existisse, não só poderia como *deveria existir*. Afinal, nenhuma ciência da terceira pessoa pode dar conta destas páginas que estão em suas mãos não como um apanhado de celulose, mas como um trabalho acadêmico; não como parte da minha vida no sentido biológico, mas como parte da minha *vida enquanto um drama*.

Aqui, cabe uma observação sobre o uso que Politzer faz do termo “drama”. Quando esta palavra surge pela primeira vez na CFP, o autor já nos previne para que, “de uma vez por todas”, entendamos que ela designa “um *fato*”, não carregando em si qualquer tipo de conotação “romântica” ou “emotiva” (cf. CFP, p.11). Este termo deve nos indicar uma atitude indispensável à psicologia, que consiste em *tomar o homem como centro em relação a todo e qualquer acontecimento a ser estudado*. Pois um

¹⁵ É, portanto, a questão de uma *Geistwissenschaft* que aqui se coloca, na medida em que são precisamente os procedimentos da *Naturwissenschaft* que se mostram inócuos diante do *Geist*.

objeto só pode ser considerado um fato psicológico na medida em que ele é *um segmento da vida dramática de um indivíduo particular*. Somente desta maneira os fatos podem adquirir um *sentido*.

Sentido: esta é uma palavra absolutamente essencial. Porque, como diz Safatle, “quem diz sentido diz algo que pode ser compreendido pelo outro, algo que pode ser comunicável” e que implica, portanto, “o acesso ao modo de relação entre o sujeito e seu meio ambiente social” (SAFATLE, 2008a). Ora, a maneira pela qual um sujeito se relaciona à esfera do social, única esfera em que poderemos encontrar o sentido de seus atos, não é perceptível, mas apenas *compreensível*. Por sua vez, o meio pelo qual pode o psicólogo chegar a esta compreensão, i.e., a via de acesso à maneira como um comportamento de um indivíduo particular se insere no drama de sua vida só pode ser uma: *a narrativa* que este próprio sujeito faz sobre seu comportamento. Como explica Montenegro:

[...] o fato psicológico é o comportamento manifesto ou narrado, dotado de um sentido humano [...]. Em outras palavras, é somente a partir da expressão ou do relato de nossas vivências a um outro falante, representante de nossa comunidade lingüística, que adquirimos um conhecimento de nossos próprios estados mentais em primeira pessoa, não sendo possível um conhecimento prévio e privilegiado dos mesmos (MONTENEGRO, 2006, p.563).

Suponhamos, por exemplo, que neste momento você faça um gesto, levantando o seu braço. O mecanismo fisiológico desse gesto, descrito em terceira pessoa e carente de sentido, ainda não é um fato psicológico. “Mas é *o gesto esclarecido pela narrativa* que é o fato psicológico e não o gesto à parte, nem o conteúdo realizado da narrativa” (CFP, p.248). E é por isso que

a constatação do comportamento humano resulta, para o psicólogo, não de uma simples *percepção*, mais de uma percepção complicada por uma *compreensão*, por consequência o fato psicológico não é um dado *simples*: enquanto objeto de conhecimento, ele é essencialmente *construído* (CFP, p.249).

Chegamos, então, a uma característica fundamental do único objeto possível da psicologia: ao contrário dos objetos das ciências naturais, o fato psicológico *não pode ser apreendido pela percepção*. O sentido que atribuo a este papel não possui, evidentemente, extensão, não pode ser mensurado ou mesmo quantificado. E só assim poderia ser: se a psicologia tratasse de objetos extensos, objetos que podem ser descritos em terceira pessoa, ela nada mais seria do que um setor da física, pronto a ser por ela subsumido a qualquer instante. A bem dizer, não haveria qualquer justificativa razoável para a existência desta espécie de “parafísica” (CFP, p.44).

*

Mas o que faz a psicologia introspeccionista? Que fez Brentano, como vimos acima? Para este pensador — que teve como discípulos tanto Husserl quanto Freud, ou seja, tanto o pai da fenomenologia quanto o da psicanálise —, todos nós possuiríamos, além de nossas habilidades perceptivas exteriores, uma *percepção interna*. Assim, os fenômenos psíquicos não só seriam capazes de ser apreendidos pela percepção como seriam, ainda, “os únicos exemplos de percepção propriamente dita” (BOUVERESSE, 1987, p.12), já que apenas eles poderiam ser apreendidos diretamente, como *um dado imediatamente presente à nossa consciência interior*.

E pouco nos importa, aqui, que Brentano não deixe de fazer a ressalva de que o objeto ao qual a consciência se dirige seja desprovido de realidade. Pois o que nos interessa é o fato de que este objeto é imanente à consciência, é interior a ela e, sobretudo, *faz-se diretamente presente à consciência graças a uma suposta modalidade especial de percepção*: a percepção interna.

Mas Politzer não se limitará a apontar o caráter ilusório desta crença, deste equívoco fundante da psicologia clássica, que consiste em fazer de um fato psicológico um dado perceptível. Indo além, ele procurará reproduzir a gênese desta ilusão, explicitando o procedimento por meio do qual foi possível à psicologia clássica promover a *hipóstase do sentido*, ou, em outras palavras, o procedimento que permite que se faça *de um significado um objeto dotado de validade ontológica*.

A fim de que bem compreendamos este ponto, devemos lembrar que, para Politzer, toda atitude humana possui uma *finalidade*, todo gesto é um *gesto intencional*. Do mesmo modo, a linguagem é, também ela, acima de tudo intencional, ou seja, *ela corresponde a uma intenção significativa*:

Eu falo, a vida corrente só vê intenção significativa. Estendo a mão para pegar a garrafa de água, e alguém me entrega. No primeiro caso, sou compreendido; no segundo, uma “reação social” responde à minha “ação”, e isto é tudo. Numa palavra, jamais abandonamos, nas relações quotidianas, “a teleologia da linguagem” e permanecemos no plano das significações, das compreensões e das ações recíprocas (CFP, pp.84-85).¹⁶

Em resumo, e tão simples quanto é possível dizê-lo, para Politzer “o fato psicológico é aquilo que sempre procura realizar uma aspiração de sentido” (SAFATLE, 2008a), sentido que emerge da necessidade que tenho de “representar minha vida não apenas para mim, mas para o outro que trago pressuposto enquanto garantia de compreensibilidade de cada gesto que faço” (idem). Como bem destaca Bento Prado Jr., pode-se dizer que há em Politzer uma espécie de *concepção teleológica das ações humanas*, pois o sentido dos fenômenos psíquicos “só se esclarece completamente quando restituído ao fio diacrônico da teleologia da ação individual em situação social” (PRADO JR., 1991, p.25).

Chegamos, finalmente, ao primeiro passo dado pela psicologia introspeccionista rumo ao realismo: “A psicologia clássica começa, precisamente, por abandonar este plano “teleológico” e fazer abstração da intenção significativa” (CFP, p.85). Esta abstração nada mais é do que a suposição de que toda narrativa, toda palavra dita por um sujeito é, na verdade, a *expressão de uma idéia pré-existente em sua consciência*. Ou seja, a linguagem não seria outra coisa senão um instrumento do qual nos utilizamos para externalizar uma idéia, ela seria apenas um modo de fazer com que o outro tenha acesso àquela relação que, dizia Brentano, a minha consciência mantém com um objeto que lhe é imanente.

¹⁶ Tradução de Bento Prado Jr. (PRADO JR., 1991, p.26).

Ocorre que isto a que chamamos “idéia”, este objeto supostamente imanente à consciência, nada mais é do que uma criação fantasiosa obtida através do *desdobramento da narrativa significativa*. Como diz Politzer, “o psicólogo clássico procede da maneira seguinte: ele desdobra a narrativa significativa e faz de seu duplo uma realidade ‘interna’” (CFP, p.87). Assim, toma-se a narrativa, que é una, e se a divide em duas, uma interna, outra externa, enquanto que

a significação da idéia e a significação da palavra são exatamente a mesma coisa. Só que, quando se fala da significação da palavra, ainda não se abandonou a teleologia da linguagem, enquanto que o termo idéia marca precisamente a transformação do ponto de vista teleológico em ponto de vista realista (CFP, pp. 85-86).

Depois de assim compreendermos a linguagem, e afundados que já estamos neste realismo ingênuo, apenas um pequeno passo nos separa da ilusão da introspecção: basta que apliquemos este ponto de vista realista a nós mesmos. Ou seja, “em vez de efetuar o desdobramento para um outro”, o sujeito “o fará para si mesmo” (CFP, p.87). Ao fazê-lo, todas as vezes que falar consigo próprio dirá que realiza um ato de *introspecção*.

Tudo começa, pois, com uma concepção ingênua e equivocada de linguagem¹⁷, de modo que *o procedimento realista seria a projeção em uma suposta realidade interior daquilo que nada mais é do que o significado de uma palavra, o sentido de um gesto*. Como diz Politzer, o sujeito

em lugar de guardar a atitude originária que convém à teleologia das relações sociais, renuncia a ela subitamente e procura na narrativa a imagem de não sei qual realidade “interna” (CFP, pp.86-87).

Eis por que falamos em hipóstase do sentido: faz-se de algo eminentemente desprovido de realidade empírica um dado de realidade passível de ser apreendido por

¹⁷ É o que Politzer chama de *postulado da convencionalidade do significado*, que analisaremos mais adiante (Cap. II, item 2).

uma percepção interna. A ilusão consiste, portanto, em acreditar na existência de uma segunda realidade, acessível por meio de uma forma especial de percepção, uma “realidade que constitui um mundo ou uma vida no mesmo sentido que a natureza, mas que goza de propriedades opostas” (CFP, p.243). Assim se arquiteta o mito da vida interior.

*

3. A psicologia objetivista ou o avesso de uma ilusão

Todas estas ilusões, dirá o psicólogo objetivista, são contra elas que lutamos. Mas, à psicologia experimental de Wundt, ou mesmo ao behaviorismo de Watson que merece de Politzer tantos elogios, cabe esta afirmação aparentemente injustificável: ao fim e ao cabo, eles não só mantêm como consagram definitivamente aquelas ilusões.

Ressalte-se que o behaviorismo é entendido na CFP como a versão mais bem acabada de todas as psicologias ditas objetivas, e, por sinal, a única que seria realmente merecedora deste título. Mas comecemos com aquela que seria a primeira tentativa de se fazer uma psicologia objetiva, a psicologia experimental de Wundt:

De fato, Politzer lembra como Wundt aparecia enquanto momento mais bem realizado de uma trajetória visando livrar a psicologia do penso de noções metafísicas de “alma” ou da possibilidade de apreensão imediata de dados da consciência através da auto-observação (SAFATLE, 2008a).

Mas esta tentativa não poderia ter conhecido fracasso maior. E isso fica claro quando analisamos o que acontece ao traduzirmos um fato psicológico na linguagem utilizada por estes psicólogos ditos objetivos. “Meu filho chora porque o mandam deitar” (CFP, p. 52). Este é o fato psicológico verdadeiro, aquele que pode ser entendido como um segmento da vida dramática de meu filho e que possui, assim, um sentido. “Uma secreção lacrimal consecutiva a uma representação que contraria uma tendência profunda” (idem). Esta descrição, pretensamente objetiva, consiste antes na adoção dos pontos de vista *formal* e *abstrato* face ao fato psicológico.

O que Politzer chama de formalismo é a *desconsideração completa do caráter radicalmente individual de um fato psicológico*, isto é, não se trata mais do choro do meu filho, cujo sentido, concernente ao drama de sua vida, é único e incomparável. Trata-se de uma secreção lacrimal qualquer, comum a todos os homens. Falar-se-á, assim, de secreções lacrimais, de tendências profundas, de representações, de estados afetivos, etc. Ou seja, todos os elementos do fato psicológico *só são classificados em geral*, são pensados apenas enquanto parte de *noções de classe*.

Pode-se, então, considerar um estado afetivo *em si mesmo*, como se ele pudesse ser um *fenômeno completo* passível de ser explicado por causas mecânicas. Este ponto de vista eminentemente abstrato, unido à perspectiva formalista, compõe o *procedimento fundamental da psicologia clássica: a abstração*.

No fundo, o erro todo consiste em *separar o fato psicológico do indivíduo que o realizou*, transformando-o em “uma coleção de *estados em si*” (CFP, p.38), um amontoado de fenômenos que não possuem mais qualquer relação com o sujeito concreto que os produziu. Trata-se de um procedimento perfeitamente análogo ao da psiquiatria moderna, que, tal como o melhor dos açougueiros, é capaz de olhar para um objeto vivo e enxergá-lo já mutilado em peças. O sujeito é assim decomposto em noções como as de volição, juízo e percepção para que então possa adoecer não como um todo, mas em fatias: a alucinação passa a ser um distúrbio da percepção, o delírio é um distúrbio do juízo e a depressão, um distúrbio da volição, ou, melhor ainda, uma “redução ou ausência da capacidade hedônica”¹⁸.

Mas neste ponto interviria o psiquiatra, ou o psicólogo clássico, protestando: “Você acha que nós acreditamos, ingenuamente, que qualquer uma dessas funções se realiza de modo independente das outras? Ora, evidente que não. Se nós as separamos, se nós assim decompos o sujeito, trata-se tão simplesmente de uma necessidade de análise. Qualquer pessoa em sã consciência sabe que elas são partes indissociáveis de um todo, de modo que tudo o que foi dito acima não passa de obviedades”.

Com efeito, nenhuma observação poderia ser mais justa e tampouco poderia ser mais oportuna para nós e para aquilo que queremos demonstrar. Pois é imprescindível deixar claro que, ao denunciar a mutilação do sujeito levada a cabo pela psicologia clássica, i.e., ao criticar a alienação do fato psicológico em relação ao seu agente, ao combater, enfim, o procedimento da abstração, Politzer não tem o intuito de afirmar que os psicólogos clássicos consideram a possibilidade de que as funções de um sujeito se realizem uma a uma, isoladamente. Isto, de fato, seria uma acusação ingênua.

O que o pensador húngaro faz é, justamente, *colocar em xeque a validade deste procedimento de análise*, procedimento que nosso psiquiatra suposto admitiu, ele

¹⁸ Em tempo: os autores do manual de psiquiatria que consultamos entendem por “capacidade hedônica” a capacidade “de sentir prazer, alegria, felicidade em situações cabíveis e proporcionais a elas” (LOUZÃ, 2007, p.220). É preciso, por isso, que tenhamos aqui a prudência de não debochar desta definição, por mais curiosa que ela seja, afinal este espaço pode não ser considerado uma “situação cabível” — e nós não queremos expor nosso distúrbio.

próprio, a necessidade de realizar. O que está sendo dito é, portanto, que a análise psicológica do ponto de vista do formalismo funcional, análise que desconsidera o individual para lidar com noções de classe, não é uma análise psicológica verdadeira. Isto porque não é possível reconstituir o indivíduo a partir de suas peças, não é possível reconstruir uma *pessoalidade* a partir de *elementos impessoais*. Como já nos lembrava a *Gestalttheorie* com sua boa e velha lição: o todo é muito mais do que a mera soma das partes, ele é também a relação que se estabelece entre esses elementos quando dispostos em um sistema coeso, relação que não pode ser compreendida a não ser que não se abandone jamais a perspectiva do todo, do conjunto da qual ela emerge. E é por isso que Politzer dirá que os psicólogos objetivistas estão dispostos a considerar tão somente uma *falsa totalidade*, que “não é senão uma totalidade “funcional”, um emaranhado de noções de classe” (CFP, p.49), um amontoado de funções absolutamente incapaz de redimi-los de seus procedimentos abstratos.

Em resumo, *tudo o que os psicólogos objetivistas conseguem é erigir em ídolos as abstrações dos psicólogos introspeccionistas*. Pois o que eles não entenderam é que não adianta lidar objetivamente com fatos que são, eles mesmos, abstratos. Como dirá Politzer, “não se trata de podar os galhos, mas de derrubar a árvore” (CFP, p.11). Porque a psicologia não é falsa como a física de Aristóteles; ela é falsa como o espiritismo ou a teosofia (cf. CFP, p.11), teorias que apenas mimetizam uma forma científica, mas que, na verdade, não passam de pseudociências que não podem ser salvas com qualquer tipo de mudança em seus procedimentos e que devem, portanto, ser recusadas de bojo. A mais impressionante característica da psicologia não seria, então, a falta de rigor em sua metodologia, mas o fato de que ela “não representa nem mesmo a forma falsa de uma ciência verdadeira, pois é a ciência mesma que é falsa, radicalmente e à parte de qualquer questão de método” (CFP, p.11).

*

Podem agora protestar, prenhes de razão, nossos amigos behavioristas. Pois, em meio a tantos olhares abstratos e formais, entre tantas tentativas de objetivação que tentavam cientificizar o incientificizável, foram eles que se dispuseram a derrubar o tronco e arrancar a árvore pela raiz, fazendo do homem *tabula rasa*. Não é por outra

razão que Politzer afirma: “A psicologia concreta nos orienta, a princípio, para o behaviorismo” (CFP, p.257). E é prazeroso acompanhar Watson nesta empreitada:

Psicologia subjetiva era definida como um estudo da mente — na verdade um estudo da sua própria mente, já que ninguém mais poderia observá-la do interior e ver o que estava acontecendo lá dentro. E quando você a olhava, o que via? [...] você diria que via a *consciência*. E então você tentava analisar esta consciência. O que seria isso?... (WATSON, 1928, p.6) ¹⁹.

Nada mais interessante do que comparar estas perguntas, postas por Watson aos psicólogos introspeccionistas, com os questionamentos que fazia Bouveresse a Husserl e Brentano²⁰. Afinal, guardadas as devidas distinções, tanto um quanto o outro procuram denunciar e exorcizar o mito da interioridade, por mais impensável que para muitos fosse a tentativa de colocar em xeque noções como as de mente e de consciência:

Certamente ninguém poderia ser atrevido o suficiente ou suficientemente ousado para questionar a existência de algo como a mente ou que ela é feita de unidades conscientes. No entanto, foi justamente isso que o behaviorista fez. [...] o behaviorista jogou fora os conceitos de mente e de consciência, chamando-os de resquícios de dogmas eclesiais da Idade Média. O behaviorista disse ao introspeccionista que esta consciência era apenas um disfarce para a alma (WATSON, 1928, p.7).

Nenhuma outra atitude poderia fundar uma psicologia verdadeiramente objetiva senão esta de Watson: “uma renúncia, absoluta e sem condições, à vida interior” (CFP, p.245). Apenas esta atitude pode abolir definitivamente o formalismo e o abstracionismo: o behaviorista não lida com noções de classe, tais como memória, estado afetivo, volição; muito menos considera tais abstrações como um fenômeno

¹⁹ Traduzido livremente da versão original.

²⁰ Cf. Cap.I, item 2.

completo. Em resumo, o behaviorista não mais destaca o sujeito de seu comportamento, o que só pode ser entendido como uma atitude *concreta*, por excelência. Não é por outra razão que Politzer não irá economizar elogios à noção que dá nome a esta corrente psicológica:

Afirmar, com efeito, que o fato psicológico é o comportamento, é renunciar a reconstituir o homem pela combinação de um conjunto de conceitos de origem mais ou menos suspeita, como sensação, memória, vontade, caráter, etc., é afirmar a necessidade de partir do que é verdadeiramente real, pois o comportamento nada mais é do que um *corte* no desenvolvimento contínuo da vida do homem (CFP, pp. 257-258).

Em resumo, o comportamento, como pedia Politzer, é sempre o comportamento de alguém, de um indivíduo específico, não uma faculdade universalmente aplicável a uma determinada espécie. Ele implica, portanto, que seja reconstituída a história de vida do sujeito²¹, tal como uma peça de teatro exige do espectador o conhecimento de todo o drama, e *de nada mais a não ser o drama*. Como diz Gabbi:

O palco é o lugar em que os atores desempenham seus papéis e, para nós, esse cenário é suficiente e, na realidade, o único relevante para entender a vida de cada um dos personagens (GABBI, 1998, p.XIV).

Mas a pedra da qual o behaviorista, por não conseguir se desamarrar, acaba por fazer de seu mergulho na objetividade um ato suicida, é a mesma que afogou o psicólogo introspeccionista nas profundezas da mente: trata-se da pedra do *realismo*. Como vimos, o realismo consiste em acreditar que “o fato psicológico é um *dado simples, relacionado a uma realidade perceptível*” (CFP, p.243). Esta perspectiva realista ingênua que pensa poder acessar pela percepção um objeto inextenso,

²¹ Aqui reside o sentido da “aproximação inesperada” (CFP, p.258) feita por Politzer entre o behaviorismo e a psicanálise.

desprovido de validade ontológica, não pode ser posta mais claramente do que nesta passagem de Watson:

Por que homens e mulheres se casam, por que se divorciam, qual efeito tem tido a proibição sobre o comportamento humano, ou o sufrágio feminino? Estudemos estes problemas observando os seres humanos como nós estudariamos os efeitos da iluminação contínua sobre o crescimento de uma planta (WATSON, 1928, p.2).

Enquanto os adeptos do mito da interioridade projetavam em uma suposta realidade interior — na mente, no psíquico, enfim, em tudo isso que Watson fez questão de jogar fora — aquilo que é desprovido de realidade, já que é mera *significação social*, o behaviorista não faz senão realizar esta mesma projeção, mas, desta vez, na realidade exterior. O que lhes escapa é que não basta renunciar à vida interior; a renúncia mais importante seria à crença nesta “perspectiva realista ingênua que acredita ver, no fato psicológico, um dado simples que corresponde a uma realidade perceptível, seja ela interna ou externa” (SAFATLE, 2008a). Em um parágrafo cujo admirável poder explicativo nos força a citá-lo por completo, diz Safatle:

É neste ponto que o psicólogo da introspecção e o behaviorista se tocam: todos os dois acreditam na premissa epistemológica do fato *naturalmente dado*. Enquanto os primeiros acreditam que “nada é mais bem conhecido pela mente do que ela própria” e, por isto, os estados mentais estão diretamente presentes à consciência, os segundos invertem a posição teórica afirmando que são os estados físicos que naturalmente são dados à consciência e recaem no realismo metafísico. O behaviorista prefere ignorar que a percepção de um estado físico depende do que estamos acostumados a ver. Ela é inferencial e não imediata (SAFATLE, 2009).

Pensando poder acessar o fato propriamente psicológico por meio da percepção exterior, o behaviorista, tanto quanto o introspeccionista, promove a hipóstase da significação. Ao fim de sua empreitada, *o psicólogo comportamentalista erige a pior das metafísicas: aquela que se desconhece como tal*.

*

Mas há, por outro lado, um comportamentalismo possível, que não nos joga em uma metafísica mal formulada. Trata-se de uma psicologia comportamental que não enxerga no mundo a encarnação das significações sociais, à qual só interessa tudo aquilo que verdadeiramente pode ser apreendido pela percepção exterior a respeito do comportamento humano. Em outras palavras, cabe a ela a descrição de uma *mecânica animal*. Como diz Politzer:

Aí está uma solução desesperada; o behaviorismo suprime o enigma do homem e, precisamente porque eliminou o que é próprio do fato psicológico, não pode colocar em seu lugar nada a não ser *promessas* (CFP, p.246).

Temos, aqui, uma ciência possível, verdadeiramente objetiva, que só possui um único problema: *não é mais uma psicologia*. Finalmente objetiva, a psicologia “se afoga, por assim dizer, na objetividade” (CFP, p.246). Pois ela abandonou aquele que é o único objeto possível desta área de conhecimento: a vida *dramática* do homem. Resta-lhe, apenas, um puro gesto mecânico desprovido de significado psicológico. Abandono do sentido, que é, no fundo, abandono do próprio sujeito.

*

II. RUMO AO CONCRETO

*Tamanha é a crença na vida, no que a vida tem de mais precário,
bem entendido, a vida real, que afinal essa crença se perde.*

André Breton

1. Vers le concret

Abrir este capítulo com o título do célebre livro de Jean Wahl²² — bem como com a primeira frase do Manifesto Surrealista, que nos serve de epílogo — pareceu-nos um bom modo de ventilar ao leitor os ares respirados em Paris, na primeira metade deste século. E há de se destacar: a contextualização histórica da obra de Politzer, que aqui empreenderemos, não é, nem de longe, uma dentre as tantas formalidades que cumprimos em nossas dóceis submissões à burocracia acadêmica. Isto porque a CFP possui o mérito das grandes obras, mérito que faz da reconstituição histórica tarefa imprescindível para sua análise: ela sintetiza — ao menos no terreno que lhe é próprio, ou seja, no terreno da *psicologia* — o espírito de uma época.

E não poderíamos escolher melhor estratégia, uma vez que, como nos garante Franklin Leopoldo e Silva, “as transformações que a filosofia francesa sofreu nas primeiras décadas do século XX podem ser resumidas [...] no título de um livro de Jean Wahl: *Vers le concret*” (SILVA, 1996, p.333). Se assim o é, tudo o que precisamos fazer para atingir nosso objetivo é explicar *em que consistia esta busca pelo concreto*, que tanto Wahl como Politzer empreendiam ao mesmo tempo em que convocavam todos a fazê-lo.

Tarefa pouco modesta, como veremos, uma vez que o concreto parece, à primeira vista, ser precisamente aquilo que escapa à linguagem, aquilo que resiste a ser apreendido pelos limites estreitos da prosa conceitual. Sobre isso, pergunta Wahl:

²² Assim como o título, todas os trechos de *Vers le concret* foram traduzidos livremente.

Deve-se concluir com Hegel que a linguagem revela, assim, a não-realidade do concreto, que o concreto não passa de uma intenção destinada a não ser jamais realizada [...]? Não se deve, antes, dizer que a linguagem, longe de revelar o real, revela-se a si mesma, mas como impotente? (WAHL, 2004, p.1) ²³.

Se Wahl, neste que é o primeiro parágrafo de seu livro, já se insurge claramente contra Hegel²⁴ e aquilo que entende ser a *negação da validade do concreto por meio da invocação de sua pretensa inefabilidade*, tampouco se satisfará com aqueles que só podem conservar esta validade pagando o altíssimo preço da *negatividade*. Serve-nos como claro exemplo desta via negativa a formulação que nós mesmos fizemos logo acima, quando definimos o concreto como aquilo que *escapa* à linguagem, aquilo que *resiste* ao conceito²⁵. Algo que só poderia se nos apresentar como a sobra daquilo que alcançamos, como a penumbra daquilo que enxergamos. O que interessa a Wahl é justamente a via oposta: trata-se de saber “se é possível fazer jus ao concreto sem fazer dele o resto de uma operação de abstração ou o resíduo de uma tentativa de classificação” (GIREL, 2004, p.12).

*

O *aqui*, o *agora*, o *meu*, o *Eu*: é a estes elementos, avessos à abstração pois necessariamente particulares, individuais, “elementos de designação de que o pensamento não pode se apropriar sem deturpar” (WAHL, 2004, p.3), que apelarão James, Whitehead e Marcel, os três filósofos cujas obras são avaliadas em *Vers le concret*. O que estes pensadores fazem, em outras palavras, é reivindicar “os direitos do imediato” (idem).

²³ Seguimos a paginação da edição original.

²⁴ Trata-se, aqui, simplesmente, de *expor a objeção de Wahl a Hegel*. Colocar em questão a pertinência desta objeção, o que seria tão interessante quanto válido, implicaria em excedermos por demais o nosso escopo e distanciarmo-nos de nossos objetivos imediatos.

²⁵ Impossível não lembrarmos, aqui, da formulação lacaniana do registro do Real, definido, *grosso modo*, como aquilo que *não* pode ser simbolizado ou imaginado. Como destaca Safatle, “o Real é sempre descrito de maneira negativa, como se fosse questão de mostrar que há coisas que só se oferecem ao sujeito na forma de negações” (SAFATLE, 2007, p.74).

Ocorre que identificar o concreto a um *particular* — que se opõe ao *geral* — e ao *individual* — em oposição ao *universal* — ao mesmo tempo em que nos é esclarecedor, também pode ser enganoso. E é aqui que nós, enfim, chegamos ao cerne da dita *tendência ao concreto*, que tanto alvoroço causou na cena filosófica francesa nas primeiras décadas do séc. XX. Afinal de contas, se uma diferenciação entre aquilo que é concreto e aquilo que seria abstrato já havia sido posta em cena, pelo menos, desde os gregos, qual seria, então, a novidade tão festejada?

Partamos, de início, de uma definição mais usual do concreto, retirada do Dicionário de Filosofia de José Ferrater Mora:

O termo grego que se traduz por “concreto”²⁶ significa, literalmente, “com-tudo”, isto é, “tudo junto”, ou “inteiro”, “completo”. Aristóteles denominou “concreto” a substância individual, já que esta se compõe de um substrato (ou matéria) e de uma forma. As substâncias individuais — como uma árvore ou um homem — são, pois, entidades concretas, ou seja, “concretos”, ao contrário das entidades abstratas, que são o resultado de se “pôr à parte” (abs-trair) algo do indivíduo singular ou do concreto. Por isso, enquanto muitas vezes se identificou o concreto ao singular, particular, individual etc., identificou-se o abstrato ao genérico, ao universal (FERRATER MORA, 2000, p.523).

A entrada do pensamento no campo da generalidade só poderia se dar, portanto, ao custo da abstração. Como se toda tentativa de generalização fosse, no fundo, uma separação artificial de uma característica de um indivíduo singular, característica que lhe é, na verdade, absolutamente indissociável. Ao concreto restaria, assim, a prisão da particularidade.

Ocorre que só pode falar em prisão aquele que acredita existir algo a mais, algo além, como que um vasto mundo inacessível do outro lado da grade. Mas e *se o particular já fosse, ele mesmo, o todo*? Se não existisse nada para fora da dita cela a que o concreto estaria supostamente confinado? Neste caso, o concreto só pode ser visto como prisioneiro nos devaneios daquele que ilusiona serem reais as suas abstrações.

²⁶ Decidimos por suprimir a escrita do termo “concreto” no alfabeto grego, que consta no original.

Eis, pois, o motivo de tanto entusiasmo: se o prisioneiro tem o todo como cárcere, ele é, afinal, o mais livre dos homens. Faz-se a reviravolta: identifica-se *no particular, o geral, e no individual, o universal*. Mas vejamos de modo mais detalhado de que maneira isto acontece.

Trata-se de pôr em xeque uma tese que, ao fim do século XIX, parecia possuir aceitação unânime (cf. BRÉHIER, 1962, p.688): a de que a realidade se nos apresentaria como uma multiplicidade completamente desordenada e que toda unidade e organização só poderia ser a projeção de um princípio de sistematização introduzido arbitrariamente pelo entendimento, como condição de torná-la inteligível.

Ao invés disso, pede Wahl que *coloquemos nosso espírito dentre as coisas*, que consigamos encontrar uma síntese que não é operada por nós, mas que é encontrada pronta no mundo, que é tão simplesmente apreendida, percebida. Como se nos fosse possível obter acesso a *uma lógica imanente às coisas*, uma lógica que poderia se apresentar a nós espontaneamente e nos despojar, assim, da obrigação de impor, apriorística e arbitrariamente, a nossa lógica às coisas²⁷. Deste modo, ainda que seja necessariamente oposto ao abstrato, “*o concreto bem pode ser geral*”²⁸ uma vez que “não são os elementos singulares que o compõem, mas a ligação percebida entre eles” (GIREL, 2004, p.13)²⁹.

Assim, entre as opções de um monismo, que parte de um todo inter-relacionado, e de um pluralismo, que parte de elementos particulares, devemos optar por *não optar*: o problema está mal colocado. Isto porque “o esquema relacional sobre o qual estas posições se fundam traduz a realidade apenas imperfeitamente: “todo” e “elemento” são abstratos, um tanto quanto o outro” (GIREL, 2004, p.12). Nada mais evidente: a parte só é parte em relação a um todo; o empirista ingênuo, que pensa fugir da abstração do todo atendo-se à multiplicidade das partes, não percebe que, ao adotar um dos lados da oposição, sustenta a validade do outro. É preciso fundar algo como um empirismo alargado, ampliado, um empirismo não-atomístico, que não mutile a realidade com seus cortes artificiais, ou seja, *que pense o particular como um todo em si, não como parte de algo além*. Concluamos, então, com nosso autor:

²⁷ É neste contexto que Wahl irá recuperar as palavras de Novalis, para quem “existe algo a ser dito em favor da passividade” (NOVALIS, *apud*. WAHL, 2004, p.12).

²⁸ Grifo nosso.

²⁹ Wahl admite o tom fenomenológico que aqui subjaz, destacando que o aprendizado de “apanhar as coisas com toda sua riqueza, *at their face value* [pelo seu valor de face], no modo mesmo como elas são conhecidas” (WAHL, 2004, p.5) foi uma das maiores contribuições da fenomenologia.

O concreto é o particular visto como totalidade. O particular, tal como o representam os pluralistas, e o geral, são ambos uma abstração [...] O concreto é o particular que se encerra nele mesmo, que se torna uma via separada (WAHL, 2004, p.259).

Mas que ninguém pense que chegamos à resolução da oposição, muito menos à supressão (*aufhebung*) da contradição, nos moldes hegelianos. Para evitarmos este engano, salientemos a importância que possui, no título, a palavra “*vers*”: pois “o concreto não será jamais o dado para o filósofo. Ele será o perseguido” (WAHL, 2004, p.23). Um esforço incessante, uma dialética sem superação — uma “ontologia negativa”, nas palavras do próprio Wahl. Não se chega ao concreto absoluto, muito menos se parte do concreto total, como queria Sartre³⁰. O caminho não mais se distingue do ponto ao qual se quer chegar, a origem e o limite se confundem. Em suma, a oposição deve ser mantida, pois é ela o motor de todo o processo. Assim,

Realidade e particularidade, estando unidas, são para o pensamento um só e único obstáculo, como o esforço de idealização e de generalização são um esforço único. Mas é se chocando com os obstáculos que o pensamento readquire suas forças; é nesta morte momentânea que ele se reencontra vivo (WAHL, 2004, p.23)

*

Chegamos, assim, a algumas conclusões importantes sobre a pergunta que colocamos inicialmente, a saber, *em que consistia esta busca pelo concreto*. Sabemos que a via negativa está vedada, que devemos, pois, reivindicar o “direito ao imediato”; sabemos que o concreto opõe-se ao abstrato, mas não ao geral; que em vez de escolher entre partir de um todo articulado ou de elementos particulares, o concreto constitui-se

³⁰ “Ainda estávamos decepcionados com esse “*vers*”: é do concreto total que queríamos partir, é ao concreto absoluto que queríamos chegar” (SARTRE, *Questions de méthode*, Paris, Gallimard, 1986, p.23. *Apud*: GIREL, 2004, p.5).

como um “empirismo alargado” que toma a particularidade como totalidade; sabemos, enfim, que há a necessidade de um pensamento dialético, que se constitui como um esforço *para sempre incompleto*, mas *desde sempre acessível*. O que ainda não sabemos, no entanto, é como o projeto de Politzer de fundação de uma psicologia concreta pode se articular com esta discussão eminentemente ontológica.

Ao listar as diferentes expressões de “um vasto movimento dirigido ‘*ver le concret*’” (WAHL, 2004, p.19), o próprio Jean Wahl, em uma nota de rodapé, nos fornece a chave de articulação de que carecíamos:

Talvez aqui se poderia falar igualmente da psicologia de Freud, *na medida em que ela se esforça para reposicionar o indivíduo no conjunto de sua situação concreta*³¹. (WAHL, *op.cit.*).

O filósofo é preciso em seu comentário: não é senão, e vale a pena repetirmos, *na medida em que ela se esforça para reposicionar o indivíduo no conjunto de sua situação concreta*, que a psicanálise apontaria, também ela, “*vers le concret*”. À luz de nosso primeiro capítulo, a perfeita concordância deste comentário com a leitura politzeriana sequer chega a merecer muitos esclarecimentos; basta lembrarmos que, na CFP, a exigência fundamental para o estudo do fato psicológico é que ele nunca seja entendido como um fenômeno completo, mas sempre como *um segmento* da vida dramática de um indivíduo particular.

Reinserir o indivíduo em sua situação concreta, o fato psicológico na vida dramática de que ele é um segmento e, o personagem, no drama histórico de sua vida: três modos diferentes de se referir à mesma atitude indispensável à psicologia concreta. Mais do que mera chave de articulação entre o pensamento de Wahl e de Politzer, esta é uma verdadeira *chave de leitura* que nos permite compreender tudo aquilo que haveria de concreto na teoria freudiana. Como diz Politzer:

sua teoria não é verdadeira a não ser na medida em que ela participa do concreto, na medida em que ela não reconhece como fato psicológico senão o que é um ato efetivo de um indivíduo singular (CFP, p.129-130).

³¹ Grifo nosso.

Torna-se claro, assim, o modo como toda a empreitada politzeriana faz jus ao espírito de sua época, podendo ser melhor compreendida quando situada como uma das organizações maiores das exigências que se colocavam aos que naquele momento procuravam desenvolver uma verdadeira experiência intelectual. Mais do que isso, fica aqui registrada não somente a filiação de Politzer ao seu período histórico, como também “a carreira que, com ele, começava a ter o léxico do “concreto” na filosofia francesa” (PRADO JR., 1991, p. 14) ³².

Mas Wahl, ainda que muito valorizasse Politzer e os demais entusiastas da psicologia concreta, percebia haver neles pouco afinho à tarefa de definir claramente o que seria o concreto que buscavam. Antes, o concreto parecia ser por eles definido apenas por oposição ao abstrato, este sim exaustivamente escrutinado pelos psicólogos concretos. Como conta Girel:

Saudando o nascimento da *Revue de psychologie concrète*, em 1929, Wahl só pôde se surpreender com o quão pouco era esclarecido pelos autores aquilo que esta abordagem poderia ter de concreto, dado que certos esquemas da antiga psicologia nela permaneciam intactos. *Vers le concret* vai, precisamente, tentar fazer este esclarecimento (GIREL, 2004, p.10).

Pois foi com o intuito de promover este mesmo esclarecimento, de lançarmo-nos na árdua tarefa de dar ao concreto uma definição *positiva*, do qual ele carece na CFP, que promovemos nosso recurso a Jean Wahl. Não obstante, é provável que a leitura deste tópico só ganhe seu verdadeiro sentido se confrontada com todos os procedimentos psicológicos abstratos que descrevemos anteriormente, bem como com a atitude concreta que será descrita a seguir. Isso porque, para recuperar nossa epígrafe, somente quando compreendemos o modo como *a crença na vida real acaba por se perder* é que passa a fazer sentido a tentativa de restabelecê-la.

*

³² Com efeito, a CFP precede em quatro anos a obra de Wahl. Por sua vez, Politzer — ainda que, neste trecho, pareça querer, acima de tudo, diferenciar seu uso daquele feito por Bergson — faz questão de dizer que “nós estamos muito longe de sermos os únicos a empregar o termo ‘concreto’” (CFP, p.VI).

2. Quando só é possível despertar sonhando: a psicanálise e o nascimento da psicologia concreta

“*Deutschland, erwache!*”³³. Esta máxima nazista, dizia Adorno, significava antes o seu oposto: a promessa de que é possível continuar sonhando com uma sociedade una e de que o reconhecimento do diferente de si pode continuar recalcado. (cf. ZIZEK, 2008, p.61). E, se nós nos utilizamos deste exemplo para deixarmos claro como é possível conclamar ao sono com um grito de despertar, podemos dizer que na psicologia, inversamente, somente a realidade do sonho foi capaz de acordá-la de seu sono dogmático.

Assim, dirá Politzer, como a eletricidade para os físicos do séc. XIX, ou a experiência de Michelson-Morley para a teoria da relatividade³⁴, foi o sonho, para os psicólogos, o objeto de estudo que cumpriu a tarefa de oferecer a resistência necessária para a superação de seus impasses:

Em resumo, nós assistimos a um fenômeno bem conhecido na história das ciências: um esquema de interpretação clássico se choca com uma “anomalia” que se revela, finalmente, como um “fermento dialético” muito poderoso, e acaba quebrando o esquema clássico por tornar-se o ponto de partida de uma nova visão [...] (CFP, p.36-37).

Mas qual seria a característica própria ao sonho, e exclusiva em relação a quase todos os outros fenômenos psíquicos, que teria feito dele um objeto de estudo resistente aos esquemas clássicos de explicação? Em poucas palavras, pode-se responder a essa pergunta dizendo que *o sonho resiste ao devaneio do postulado da convencionalidade do significado*. Mas, para que bem compreendamos em que este postulado consiste,

³³ Alemanha, desperta-te!

³⁴ “O experimento de Michelson-Morley é amplamente, mas erroneamente, tido como a fonte da Teoria Especial da Relatividade, de Einstein” (HARRÉ, 1981, p.11). Politzer parece, de fato, partilhar dessa crença errônea, na medida em que qualifica este experimento como “o ponto de partida de uma nova visão” (CFP, p.37). No entanto, a essência de seu raciocínio, que consiste em *atribuir grande importância a fatos que resistem às teorias existentes*, permanece preservada. Como afirma Einstein a respeito do experimento de Michelson-Morley, “a experiência deu um resultado negativo, deixando os físicos em situação de grande embaraço” (EINSTEIN, 1999, p.48). Eis um ótimo testemunho desta *resistência necessária, posta pelo objeto*, que contribui para o surgimento de uma nova perspectiva teórica.

devemos contrapor duas teorias da linguagem: a primeira é aquela que está na base dos equívocos da psicologia clássica; a segunda, poderia vir a fundar uma psicologia concreta.

*

A palavra é uma *representação*, um *instrumento de comunicação*, um meio que nos permite exprimir uma idéia ou nos referir a um objeto real. Tal é a concepção de linguagem da psicologia clássica, concepção que permanece como senso comum até os dias de hoje. O sentido da palavra residiria, portanto, em uma idéia, imanente à minha consciência, ou então em um objeto, presente de modo real no mundo exterior. Interior ou exterior, o importante aqui é destacar que *o sentido antecede a palavra*, e esta apenas o transmite. Mais do que isso, *o sentido é garantido por uma realidade transcendente à linguagem*, seja esta a realidade interna da idéia ou a realidade externa do objeto.

Assim, se digo “pedra” estou apenas comunicando ao outro a idéia de pedra, que habita o interior de minha consciência, ou mesmo me referindo a uma *relação de correspondência* entre esta palavra e o objeto pedra, realmente existente. De qualquer modo, temos aqui um indivíduo que, sozinho, produz os significados de suas palavras — significados que são garantidos por correspondência a algo de exterior ao campo da linguagem — para, apenas em um momento posterior, transmiti-los aos outros. Como diz Gabbi, parte-se de

[...] um solipsismo perceptivo, ou seja, de um indivíduo isolado que, a partir de sensações e de representações por elas produzidas, constrói pensamentos — longas cadeias associativas de representação — e depois, através da palavra, partilha seu pensamento com outros indivíduos. Assim, a linguagem é entendida como sendo posterior ao pensamento, na verdade, como seu índice. Dizendo de uma outra maneira, o pensamento é condição de possibilidade da linguagem (GABBI, 1998, p.XXII).

Neste momento, angustiado, perguntaria aquele que só conhece esta concepção comum de linguagem: que coisa outra pode ser a palavra, senão instrumento de comunicação? O que mais poderia ser a linguagem, senão um meio de expressão daquilo que é pensado ou percebido? Vejamos um exemplo.

Um bebê chora, grita e, dizem os psicólogos clássicos, exprime com isso uma sensação de fome ou de dor, utiliza-se deste gesto desesperado como maneira de comunicar ao outro uma sensação que antecede e possibilita seu grito. Tudo se passa como se o bebê, bem sabendo aquilo que sente, utilizasse-se de meios que lhe possibilitassem informar aos outros aquilo que ele já sabe.

Invertendo completamente esta perspectiva — ou, antes, corrigindo-a, como quem busca o avesso do avesso — o psicólogo concreto afirmará que *o sentido do grito é posterior ao ato*. O gesto é uma *intenção significativa*, é uma *aspiração de sentido*. Assim,

Exteriorizar é um ato de sair de si e não de voltar-se para si; é um ato que busca interação, e não auto-reflexão ou auto-conhecimento. Por isso seu modelo é o de um ato imediato, pré-reflexivo e pré-cognitivo: ao gritar, o sujeito não reflete sobre si mesmo; nem se reconhece a si mesmo, mas tão somente exterioriza-se para que o outro — este sim — o conheça e conheça seu estado (FAUSTINO, 1995, *apud.* GABBI, 1998, p.XXII).

À pergunta sobre o que mais pode ser a linguagem senão algo que é possibilitado e antecedido por uma série de significados que lhe correspondem, o psicólogo concreto responderá, portanto, que *ela só pode ser o exato oposto*: não é um significado previamente existente que possibilita a linguagem, mas *é a própria linguagem que antecede e possibilita todo e qualquer significado*. Substitui-se, assim, a realidade da idéia ou do objeto, supostos lastros-ouro de cada palavra, por *uma rede intersubjetiva* ou, como dissemos anteriormente, por “um outro que trago pressuposto” (SAFATLE, 2008a) e que funcionaria como “garantia de inteligibilidade de cada gesto que faço” (idem).

Mas tratemos de algumas conseqüências fundamentais que decorrem desta mudança radical de perspectiva. Em primeiro lugar, podemos perceber claramente como, ao nos posicionarmos neste “ponto de vista da finalidade social” (CFP, p.100), o *valor de cada palavra deverá variar* de acordo com o falante que a enuncia e, ainda, com a situação em que é evocada. Posso, por exemplo, usar a palavra água

para referir-me ao elemento natural assim denominado que está à minha frente; posso usá-la para ensinar a uma criança ou um estrangeiro sua aplicação como nome; posso usá-la sob a forma de um pedido, quando estou sedento; posso usá-la como pedido de rendição a meu adversário; posso usá-la como pedido urgente daquilo que ela denomina, para apagar um incêndio; ou, ainda, ante minha surpresa com a beleza cristalina da fonte inesperada [...] (MORENO, 2000, p.55-56)³⁵.

E se já podemos imaginar a relevância desta mudança, há uma outra conseqüência que pode ser ainda mais interessante, ao menos para o nosso propósito. Levando adiante esta concepção de linguagem enquanto intenção significativa, podemos considerar a existência de uma “dialética puramente individual, à qual os atos individuais emprestassem um significado puramente individual” (CFP, p.102), de tal forma que nós poderíamos

construir para cada termo [da linguagem] o que se pode chamar de “pirâmide dos sentidos”, uma pirâmide invertida, cuja base seria representada pelo sentido que o termo tem para todos e, o vértice, pelo sentido que ele não pode ter senão graças à experiência de um só indivíduo (CFP, p.102).

Sendo assim, além de todos aqueles significados da palavra água, acima mencionados, compartilhados por todas as pessoas, esta pode significar, apenas para

³⁵ Para uma análise mais detalhada da inusitada semelhança entre o pensamento de Politzer e o de Wittgenstein, recomendamos o excelente artigo de Maria Aparecida Montenegro, intitulado “*Como descrever eventos mentais*”, publicado na revista *Manuscrito* (ver nossas referências bibliográficas) e disponível em: http://www.cle.unicamp.br/manuscrito/public/pub_ranking.php?id=178.

alguns, uma referência a três dos doze signos do zodíaco, e, somente para Bertha Pappenheim — a famosa paciente de Breuer e de Freud celebrizada sob o nome de Anna Ó. — “o nojo do cão da governanta”.

Notemos que qualquer possibilidade de existência desta “dialética individual” encontrava-se vedada para a concepção de linguagem da psicologia clássica. Pois, estando cada palavra lastreada por uma idéia ou objeto, *seu significado só podia ser o mesmo para todo e qualquer ser falante*. Ou seja, se o significado da palavra “água” nada mais fosse do que uma representação do próprio objeto “água”, não importaria qual indivíduo a enunciasse, ou em que contexto o fizesse: *seu significado haveria de sempre permanecer idêntico*.

Ou então, como exemplifica Politzer, se “eu falo com uma senhora, e subitamente eu limpo meus lábios: este gesto não possui [para a psicologia clássica] nenhuma outra significação a não ser aquela do ‘gesto-em-geral-de-limpar-os-lábios’” (CFP, p.96). Trata-se, em resumo, de denunciar o *abandono do campo teleológico das ações humanas*, promovido pela psicologia clássica. Com este abandono, a linguagem deixa de ser intenção significativa, a palavra se torna mero índice de expressão de uma idéia pré-existente, e o significado, por sua vez, deixa de ser algo que emerge das próprias relações sociais, sendo hipostasiado em uma realidade interna ou externa. Reencontramos o nosso velho conhecido, e já exhaustivamente descrito, *realismo psicológico*.

*

No entanto, não encontraríamos, aqui, uma evidente contradição? Pois de que modo esta *dialética individual*, aparentemente solipsística, poderia conviver com uma concepção de linguagem segundo a qual o sentido é garantido pelo outro, *intersubjetivamente*? Não haveria, em resumo, uma *incomensurabilidade radical* entre esta *dialética individual*, produtora de sentidos particulares, e a *narrativa* que o paciente é capaz de fazer e que, para poder ser compartilhável, deve necessariamente obedecer à significação convencional?

Com efeito, o sentido da narrativa na primeira pessoa, supremo recurso da psicanálise, nada deve ao que Politzer denomina “significação convencional da linguagem”, a que estavam presas a filosofia e a psicologia clássicas. Expresso na narrativa e liberto do mito da alma, o sentido do ato psicológico não deixa de ser uma espécie de segredo do sujeito singular, que arrisca tornar *inefável* à força de ser *concreto*. (PRADO JR., 1991, p.25).

Tentemos, pois, desarmar esta crítica, tão bem arquitetada por Bento Prado³⁶.

Se, como diz Politzer, “deve-se abordar o sonho como um texto a ser decifrado” (CFP, p.104)³⁷, tudo o que devemos garantir para que não façamos do ato psicológico um “segredo do sujeito singular”, condenado eternamente à mais completa incomunicabilidade, seria: (1) um modo de acesso à dialética individual de um determinado sujeito, e (2) uma *similitude fundamental* entre a dialética individual e a linguagem convencional, similitude que garantiria a sua *decifrabilidade*.

Quanto à primeira destas exigências, Politzer responderia que existem pelo menos três formas de acesso aos textos produzidos por uma dialética individual. Tratam-se, precisamente, daquilo a que o psicanalista se referiria como “as três vias de acesso ao inconsciente”: os sonhos, os atos-falhos e a associação livre. E se, em relação ao sonho, cabe sempre a objeção de que não é possível ter acesso a ele, mas somente à *sua narrativa*, feita necessariamente em uma linguagem convencional, o mesmo, entretanto, não ocorre com a associação livre, ou mesmo com os atos-falhos. Assim,

quando o psicanalista pede, portanto, ao sujeito, para dizer tudo o que lhe passa pela cabeça, sem crítica e sem reticência, ele não pede outra coisa senão que abandone todas as montagens convencionais, livre-se de toda técnica e de toda arte, para se deixar inspirar por sua dialética secreta (CFP, p.108).

³⁶ Devo a compreensão desta crítica de Bento Prado Jr. às proveitosas discussões que sobre ela tive com o colega do Departamento de Filosofia da USP, Fábio Franco, que com suas leituras de Politzer chegou à mesma conclusão que o filósofo brasileiro.

³⁷ Isto à condição de não considerar o texto produzido por essa dialética individual como uma *deformação* do texto original, mas como uma *produção original*.

Se não com o sonho, ao menos diante de um paciente que associa livremente, ter-se-ia, portanto, acesso a um texto produzido por sua dialética individual, o que garante nossa primeira exigência. Já a solução do segundo problema, o da tradutibilidade de um texto produzido por uma dialética individual para a linguagem convencional, parece ser dada com o esclarecimento daquilo que Politzer entende, precisamente, por dialética individual:

houve um sonho: uma dialética individual funcionou, *laços imprevistos e imprevísíveis foram estabelecidos entre intenções significativas e signos*: os pensamentos, em vez de tomar suas formas habituais, tomaram formas que, ordinariamente, são reservadas a outros pensamentos (CFP, p.197-198 [grifo nosso]).

Longe de constituir uma *linguagem particular*, um sistema cujas leis, regras e normas seriam radicalmente distintas da linguagem convencional, a dialética individual parece se diferenciar da linguagem convencional *apenas em um nível léxico*, ou seja, apenas em seu vocabulário. Pois se tudo o que acontece é que “laços imprevistos” são estabelecidos entre signos e intenções significativas, *trocam-se os signos, mas mantém-se o modo de organização da linguagem*.

Como diz Politzer, “a estrutura da significação íntima é, com efeito, na medida em que ela é significação, exatamente a mesma que aquela da significação convencional” (CFP, p.105). Assim, a similitude fundamental de que precisávamos, a fim de garantir a tradutibilidade da dialética individual à linguagem convencional, reside no mais importante elemento da linguagem, que é sua *estrutura gramatical*. Adicione-se a isso as referências dadas pelo paciente nas novas narrativas que constrói em análise para que o aparentemente tão complexo problema da decifrabilidade vire uma brincadeira infantil.

Digamos claramente, enfim, aquilo que está nas entrelinhas dos parágrafos anteriores: como quem concordasse com Paul Ricoeur³⁸ *avant la lettre*, para Politzer, a psicanálise não passaria de um tipo especial de *hermenêutica*.

³⁸ RICOEUR, P. *De l'interprétation. Essais sur Freud*. Paris: Seuil, 1965.

Mas voltemos aos impasses da psicologia clássica. Pois o que, com efeito, irá fazer o psicólogo clássico quando não for possível encontrar em dado comportamento um significado convencional, ou, melhor dizendo, o que ele pensará de *um discurso que não possui qualquer tipo de significado intersubjetivamente compartilhado*? Eis que, enfim, reaproximamo-nos daquela que seria a resistência fundamental oferecida pelo sonho à psicologia.

Se o significado convencional é o único possível, todo fenômeno que dele carece só pode ser absolutamente *desprovido de sentido*. Isto resta claro na seguinte afirmação:

O sonho é a anarquia psicológica, afetiva e mental, é o jogo das funções entregues a elas mesmas e se exercitando sem controle e sem objetivo; no sonho, o espírito é um autômato espiritual (DUGAS, L. *apud*. FREUD *apud*. CFP, p.40).

O sonho, portanto, não poderá ser entendido positivamente, mas *apenas de modo eminentemente negativo*. E não é por outro motivo que os psicólogos clássicos escolherão, para se referir ao sonho, adjetivos como: “produto de fadiga”, “consciência embaçada”, “pensamento enfraquecido”, “imagens reunidas ao acaso”, “processo patológico”, “desrazão”. Todos eles procuram dar conta de um déficit, de um suposto mau-funcionamento — ou, no mínimo, um “subfuncionamento” — psíquico que imperaria no sonho. Como dirá Freud, “quer-se assim retirar do sonho sua dignidade de fato psicológico” (FREUD, 1900, *apud* CFP, p.34). Concepção que bem poderia ser representada

pela velha comparação com o homem que, ignorando a música, deixaria correr os dedos sobre as teclas de um instrumento. Segundo esta definição, o sonho é inteiramente desprovido de sentido; como os dedos deste ignorante poderiam produzir um trecho de música? (FREUD, 1900, *apud* CFP, p.34).

Surge, assim, no seio de uma auto-proclamada ciência, uma fala que não possui significação alguma e um fenômeno que, em vez de ter suas regras de formação devidamente rastreadas e explicitadas, deve ser entendido como *casual*. Isto fica claro em explicações de fundo fisiológico que, via de regra, procuram as causas dessa casualidade em supostos déficits de funções psíquicas, dos mais variados tipos. Debacker, por exemplo, procurará explicar os episódios de “terror noturno” vivido por crianças e adolescentes a causas como anemia cerebral, predisposição hereditária, isquemia cerebral e até mesmo à sífilis contraída pelo pai de tais jovens. Não seria por outra razão, inclusive, que

todos os sintomas [de terror noturno em Albert, um jovem com saúde debilitada] desapareceram no decurso de uma visita relativamente prolongada no campo, em decorrência do exercício físico e da recuperação das forças com a passagem da puberdade (DEBACKER, *apud* FREUD, 1900/2001, p.562).

Deste modo, dirá Freud, “quem quer que se incline a adotar uma visão depreciativa do funcionamento psíquico nos sonhos preferirá, naturalmente, atribuir a fonte deles à estimulação somática” (FREUD, 1900/2001, p.81). Tal tipo de explicação, no entanto, só pode satisfazer a um determinismo frouxo, uma vez que ela nada mais faz do que *abrir espaço ao indeterminado no interior de processos causalmente conectados*.

Destaquemos que esta impossibilidade de enxergar o sonho como um verdadeiro fato psicológico, como um fenômeno psíquico positivo, não decorre de uma falta de habilidade dos psicólogos clássicos, mas, ao contrário, de um julgamento sagaz. De fato, ao defini-lo de modo negativo, estes psicólogos parecem ter percebido claramente a incompatibilidade radical entre sua perspectiva teórica, fundada em uma noção convencionalista de linguagem, e a atribuição de qualquer sentido possível ao discurso expresso no sonho.

Choca-se a psicologia clássica, portanto, com um fenômeno que resiste a seus esquemas de interpretação, já que não pode ser compreendido sob o postulado da convencionalidade do significado. E justamente estes novos psicólogos, candidatos a

cientistas, acabam por abrir mão da noção de determinismo, indispensável para qualquer ciência, ao introduzir subrepticamente a noção de acaso como recurso explicativo. Como diz Politzer:

O sonho aparece, então, não como uma formação psíquica regular; um *pensamento*, no sentido próprio da palavra, mas como um fenômeno que, apesar de sua periodicidade regular, representa, quanto à sua estrutura, uma exceção (CFP, p.34).

Pois é precisamente esse caráter de exceção que Freud recusará ao sonho. Em certo sentido, o livro fundador da psicanálise nada mais teria feito do que se negar a reconhecer a existência de um comportamento humano desprovido de causa, recusar um afrouxamento do determinismo científico e procurar, portanto, as regras de funcionamento deste comportamento. Trata-se de denunciar o erro daquele que acredita poder se livrar do misticismo ao ignorá-lo; ao contrário, a atitude fantasística só pode ser evitada se formos capazes de subtrair-lhe seus objetos de estudo.

Mas Freud não apenas reconduz ao sonho o status de “fato psicológico verdadeiro”, como se o realocasse na velha definição de fato psicológico própria à psicologia clássica. “Na verdade, não é isso, e não poderia ser isso” (CFP, p.35). O sonho, além de ter esclarecidas as suas causas, deve ter *interpretado o seu sentido*. E é esta *hipótese do sentido* que, como veremos, revolucionará toda a psicologia.

*

3. O sentido da subjetividade e a subjetividade do sentido

De início, distingamos bem as *duas exigências* colocadas pela psicologia concreta, ambas cumpridas por Freud com seu método de interpretação dos sonhos. Pois não se trata tão somente do encontro de um sentido qualquer, sentido que poderia ser atribuído a um sujeito puramente abstrato. Nem de longe menos importante do que o reencontro do sentido, é o fato de que *esse sentido deve ser radicalmente individual*. Analogamente, o *eu* que deve retornar à cena psicológica só pode ser o eu do *indivíduo particular*, ou seja, o eu de nossas vidas cotidianas.

Esta ressalva se faz fundamental, uma vez que é possível, sem grandes dificuldades, conferir ao sonho um *sentido geral* e, assim, introduzir na psicologia uma espécie de *sujeito transcendental*, nos moldes do sujeito do conhecimento kantiano. É desta maneira que, tanto quanto Freud, Scherner vê o sonho como fenômeno positivo, preenche de sentido e construído por um sujeito. Ocorre, tão somente, que *este sentido é geral*, podendo ser aplicado para todos os sonhos de qualquer indivíduo:

A imaginação, para fabricar o sonho, retira “seus materiais da memória da vigília, mas o edifício que ela constrói é inteiramente diferente das produções da vigília” (SCHERNER, p.77). Ela “não dispõe, no sonho, da linguagem dos conceitos; é preciso que ela mostre plasticamente o que quer dizer” (*ibid.*). [...] A imaginação do sonho joga com as excitações orgânicas “um jogo irritante [...]” (CFP, p.58-59).

Trata-se da descrição apriorística da realização do jogo das faculdades de um sujeito transcendental, método que funciona, diz Politzer, quando estamos no terreno da teoria do conhecimento. Nesta seara, por visarmos ao conhecimento objetivo, ou seja, à universalidade, “estamos e devemos permanecer sobre o plano da lógica transcendental” (CFP, p.51), tal como Kant tão bem teria percebido. No entanto, ao ser indevidamente transportada para a psicologia³⁹, esta lógica transcendental — ainda que válida o fosse

³⁹ Transposição feita, diga-se, “apesar de todas as advertências do próprio filósofo” (GABBI, 1998, p.IX). Não podemos, neste trabalho, sob o risco de realizarmos uma ampliação exagerada de nosso escopo, tratar da crítica à psicologia racional de Kant — e isso por mais rico que este exercício por ventura nos

— tanto quanto universal, seria *inútil*: diante de cada caso específico, nada mais poderia fazer o psicólogo a não ser repetir as mesmas generalidades.

Sendo, portanto, *obrigatoriamente empírica, a psicologia jamais poderá ser feita de modo apriorístico*. Assim:

Se se começa por desparticularizar o fato, a conclusão será necessariamente abstrata e em nada servirá para a compreensão do fato concreto. É assim que o psicólogo nada irá saber. Ele será sempre obrigado a repetir ao sujeito de cada fato particular as mesmas conclusões gerais: [...] nunca ele poderá fazer nada a não ser constatar que o que aconteceu, aconteceu: a tautologia será sempre o fruto da abstração (CFP, p.71).

Que fará Freud, então, para impedir este desvio, i.e., como ele poderá garantir que o sujeito do sonho seja sempre o sujeito individual concreto? Por paradoxal que pareça, a estratégia freudiana consistirá em buscar uma *generalização possível* para o sentido dos sonhos, uma *fórmula geral* que torne definitivamente indissociáveis o sonho e a experiência individual concreta do sonhador. Este conceito que seria capaz de cumprir a aparentemente impossível tarefa de *generalizar o individual*, de *universalizar o particular*, responde, na psicanálise, pelo nome de *desejo*. Onde a célebre conclusão da *Traumdeutung*: *o sonho é a realização de um desejo*.

“Mas”, indagará Politzer, “o que significa o termo ‘desejo’?” E responde: “Freud explica o mecanismo do desejo [...] em vez de responder a esta questão e, ainda, consagra-lhe uma atenção específica apenas no fim da obra” (CFP, p.63). Assim, se Freud supostamente pouco ou mal teria tematizado este conceito, será Politzer quem poderá nos contar qual era a verdadeira intenção de Freud, intenção desconhecida pelo próprio, e que, coincidentemente, não poderia ser mais politzeriana:

Os verdadeiros motivos desta generalização, defendida por Freud com tanta tenacidade, a despeito de todas as objeções, residem na maneira

fosse. Digamos, tão somente, que em se realizando aquela transposição, confundir-se-ia “a condição da experiência com a própria experiência, e assim tenta-se fazer ciência da coisa em si” (GABBI, 1999).

como a fórmula fundamental da teoria freudiana do sonho se modela às exigências da psicologia concreta (CFP, p.68).

Mas, afinal, o que deseja nosso autor? Trata-se de afirmar que Freud só introduziu uma fórmula geral na *Traumdeutung* a fim de garantir como necessária, como universal, a presença de um *eu* individual e concreto em todos os fenômenos psíquicos. Para compreendermos sua leitura, devemos deixar de lado, portanto, todas as outras implicações da generalização feita por Freud: “Esta fórmula possui muitos aspectos, mas todos se resumem no seguinte: ela vincula o sonho à experiência individual concreta” (CFP, p.60). Ou, em uma formulação mais precisa:

Freud adere precisamente à teoria do sonho-realização porque esta teoria faz do sonho um ato, um ato do sujeito particular a quem o sonho pertence, e porque ele não vê outro meio para obter o mesmo resultado, para assegurar ao sonho, ao mesmo tempo, a continuidade e a presença atual do *eu* (CFP, p.69).

Assim, todo ato de qualquer indivíduo sempre será uma encarnação de seu *eu*. Há uma relação de *homogeneidade*, de *continuidade radical* entre o *eu* e o fenômeno psíquico. Ou seja, e para que o resumamos definitivamente: todo o esforço de Politzer é realizado com vistas a *tornar concreto o conceito freudiano de desejo*, transformando-o *naquilo que garante que as teorizações do psicólogo jamais abandonarão a teleologia da ação*.

O bom teórico — ou ao menos aqueles que não se satisfazem com o destino medíocre de serem eternos pregadores dos pensamentos de outrem — só pode se utilizar de palavras alheias na medida em que com elas é capaz de construir um pensamento próprio. Nesta empreitada, não raro podemos reconhecer a boa e velha estratégia de se declarar vazio ou impreciso o significado de um termo, como forma de nele introjetar aquilo que é necessário, ao mesmo tempo em que se exime desta culpa o autor da obra de que se utiliza:

É evidente que Freud não pôde se exprimir exatamente nestes termos. Ele pertence a uma outra geração, suas evidências são diferentes das nossas, ele pensa as coisas sob outras formas e, por isso mesmo, ele sofre atrações dialéticas que o arrastam para fora do campo do seu verdadeiro pensamento. Mas, qualquer que seja a dialética que ele seja obrigado a endossar, *suas descobertas aí estão*, e podem indicar o que escapou, por razões que nada tem de desonrosas para o próprio Freud (CFP, p.69).

*

Retomemos, então, tal como Freud o relata na *Traumdeutung*, o mesmo episódio de terror noturno que Debacker atribuíra a causas de fundo fisiológico:

Um menino de treze anos, de saúde delicada, começou a mostrar-se apreensivo e sonhador. Seu sono tornou-se perturbado e era interrompido quase que semanalmente por ataques de angústia, acompanhados por alucinações. [...] Dizia que o diabo lhe gitava: “Agora te pegamos, agora te pegamos!” [...]. Ele despertava do sonho aterrorizado e [...] podia-se ouvi-lo dizer claramente: “Não, não, eu não; eu não fiz nada!”, ou “Albert nunca fez isso!”. [...] certa vez, quando já tinha quinze anos, confessou: “Eu não ousava confessá-lo, mas experimentava continuamente um formigamento e uma hiperexcitação nas *partes*⁴⁰; no fim, isso me enervava tanto que diversas vezes pensei em me jogar pela janela do dormitório” (FREUD, 1900/2001, p.561).

Debacker, como vimos, levou à risca a cartilha daquilo que definimos como *abstração*: buscou explicações gerais — tais como “anemia cerebral” e “predisposição hereditária” — desconsiderando o caráter radicalmente individual de um fato psicológico, num procedimento tipicamente *formalista*. Com estas explicações gerais, Debacker pode se situar, então, de um *ponto de vista abstrato*: considerou o estado

⁴⁰ “Grifei esta palavra, mas é impossível interpretá-la erroneamente” (FREUD, 1900/2001, p.561).

afetivo em si mesmo, como um fenômeno completo, passível de ser explicado por causas mecânicas. Eis sua conclusão final: “Incluímos esta observação no quadro dos delírios de inanição, pois é à isquemia cerebral que atribuímos esse estado particular” (DEBACKER *apud* FREUD, 1900/2001, p.562).

Vejamos, agora, como Freud procurará explicar os episódios de terror noturno de Albert:

Há realmente muito pouca dificuldade em inferir: (1) que o menino tinha se masturbado quando era mais novo, que provavelmente o negara e que fora ameaçado com severos castigos por seu mau hábito (cf. sua admissão: “*Eu não o farei mais*”, e sua negativa: “*Albert nunca fez isso*”); (2) que, com a chegada da puberdade, a tentação de se masturbar havia reaparecido, com as cócegas em seus órgãos genitais, mas (3) que irrompera nele uma luta pelo recalque, a qual suprimira sua libido e a transformara em angústia, e que esta havia tomado o lugar dos castigos com que outrora o haviam ameaçado (FREUD, 1900/2001, pp. 561-562).

Para nosso intento, é importante que o leitor deixe de lado, momentaneamente, as possíveis críticas que sustente a respeito dos *conteúdos* privilegiados pela análise freudiana — tais como os eventos relacionados à esfera do sexual. Concentremo-nos, antes e tão somente, na *questão de método*, ou seja, analisemos em que consiste este *procedimento* adotado por Freud como forma de explicar as causas do terror noturno de Albert.

Colocando-nos nesta perspectiva, uma característica imediatamente nos salta aos olhos: a explicação de Freud não serve senão para elucidar as causas do terror noturno *de Albert*, ou seja, é somente a este indivíduo singular que tal explicação se aplica, e foi somente a partir de elementos da vida deste mesmo indivíduo que a explicação pôde ser construída.

O mesmo ocorre com os esquemas explicativos que a psicanálise aplica não a apenas um, mas a todos os indivíduos. E não pode haver, aqui, exemplo melhor do que o *complexo de Édipo*. Deixe-se de lado, peço-lhes novamente, aquilo que nos remete à

simples polêmica do privilégio concedido ao campo do sexual. Aqui, queremos colocar em evidência este golpe de mestre freudiano: podemos, enfim, *produzir conceitos que não abandonam jamais a vida concreta do indivíduo singular*. Pois o que é o Édipo, senão algo como uma fórmula cênica, *um formato* de peça teatral, “um esquema dramático” (CFP, p.233)? Sendo uma peça que carece de história, seu enredo deverá ser constituído pela vida dramática de cada indivíduo, de cada um dos pacientes que adentrem o consultório psicanalítico.

Tão concreta quanto o Édipo, seria a noção de *identificação*. Neste caso, o que mais se destaca é que esta noção sempre exige uma *implicação do sujeito como um todo*, e não de uma ou outra de suas funções psíquicas, já que não se pode, evidentemente, falar de uma identificação da memória ou da volição. Assim, se o Édipo deixa claro como todo comportamento deve ser entendido como um *segmento da vida dramática de um indivíduo singular*, a noção de identificação explicita outra exigência da psicologia concreta: que este comportamento seja *o ato de um sujeito*. Sem nunca abandonar o particular, atingimos, não obstante, o geral, pois:

a identificação e o complexo de Édipo não são somente os segmentos da vida de um indivíduo particular, mas são ainda grandes esquemas dramáticos que possuem, por assim dizer, sua dialética própria, podendo, por consequência, nos dar a chave de toda uma série de atitudes (CFP, p.235).

Como diz Politzer, “o que a psicanálise procura por todos os lugares é a compreensão dos fatos psicológicos em função do sujeito” (CFP, p.41). Deste modo, se “não é difícil de adivinhar que [...] é o *sentido* do sonho que Freud procura” (CFP, p.53), o que os exemplos acima deixam claro é que, *ao procurar um sentido, o que Freud encontra, ao fim e ao cabo, é um sujeito*. Tudo se passa, na CFP, como se pudéssemos fazer dessas duas palavras, *sujeito e sentido*, expressões absolutamente intercambiáveis:

Noutras palavras, para Politzer, a psicanálise é, ao mesmo tempo, descoberta do sentido da subjetividade e descoberta da *subjetividade do sentido*.

É essa referência circular entre *sentido* e *subjetividade* que escapa necessariamente à psicologia clássica e à científica, que tentam situar os fenômenos psíquicos como *estados de coisa* ou com o estilo lógico-gramatical da terceira pessoa do singular (PRADO JR., 1991, p.22).

Tamanha é a importância concedida por Politzer a este ponto, que ele chegará mesmo a afirmar que este esforço para compreender todo e qualquer fato psicológico em função do sujeito é “a inspiração fundamental da psicanálise” (CFP, p.41).

Do mesmo modo, tudo aquilo que o psicanalista entende por *interpretação dos sonhos* — a famigerada busca pelo suposto conteúdo latente daquilo que estaria manifesto no sonho do paciente — nada mais seria do que “a arte de ligar o sonho ao sujeito que o sonhou” (CFP, p.39). Assim, o terror noturno de Albert não é senão *um segmento de sua vida particular*, uma cena inserida no drama de sua vida, e que ganha o seu sentido somente a partir da reconstituição de toda sua história.

Exilada que estava na literatura, no teatro, enfim, no *drama*, a psicologia, finalmente, volta ao domínio da ciência. O psicólogo terá, portanto, “alguma coisa de crítico de teatro” (CFP, p.53): tal como um crítico de arte, o psicanalista não mais *observa*; ele *interpreta*. Que Albert se masturbava, que por isso sofreu ameaças, que essa vontade retornara na adolescência, sentida como formigamento dos genitais: eis a vida de Albert se descortinando à nossa frente, tal como uma peça teatral.

*

Mas, ao interpretar — ao dizer, por exemplo, que um cavalo que aparece em um sonho, como conteúdo manifesto, *representa* o pai do sonhador, suposto conteúdo latente; ou mesmo ao dizer, para retomarmos exemplos anteriores, que o copo de água representa, para Anna Ó, o “nojo do cão da governanta”, ou que o Diabo representa, para Albert, os castigos que recebera de adultos quando era pego se masturbando — algo mais faz o psicanalista do que simplesmente reintroduzir estes fatos no drama da vida do sujeito que os produziu. Pois é evidente, aqui, que *as palavras perderam o vínculo a seus significados convencionais*. Longe de ser mera representação de um

objeto, uma palavra pode, agora, assumir inúmeros significados, a depender do indivíduo que a enunciou e do contexto em que o fez.

Em outras palavras, abandona-se o *postulado da convencionalidade do significado* e encontra-se, finalmente, a *dialética individual* que rege a construção dos sonhos. Tratam-se, por sinal, de significados particulares que, se se tornam mais evidentes em fenômenos como os sonhos, os delírios ou os atos-falhos, não deixam de estar presentes em qualquer comportamento humano, como atesta a inevitável e persistente ambigüidade de todos os nossos atos. Merleau-Ponty, um dos diversos leitores de Politzer cujo pensamento viria a se tornar célebre, compreendeu isso muito bem:

[...] o que acabamos de dizer do sonhador aplica-se também a esta parte de nós mesmos sempre meio adormecida, que sentimos para aquém de nossas representações, desta bruma individual através da qual percebemos o mundo. [...] Dito de outra maneira, o equívoco é essencial à existência humana, e tudo o que vivemos ou pensamos sempre tem vários sentidos (MERLEAU-PONTY, *apud* FURLAN, 1999, p.130).

Deixa-se, assim, de podar os galhos para se derrubar a árvore. Pois, ao recusar esta concepção de linguagem enquanto representação de idéias ou de objetos empíricos, Freud acaba por atacar *a base que sustentava todo o edifício teórico da psicologia clássica*. Como vimos, é o postulado da convencionalidade do significado que “traça a via ao realismo e abre a porta à abstração e ao formalismo” (CFP, p.96).

Interpretando o *sentido*, encontrando o *sujeito*, abandonando o significado convencional e recuperando esta *dialética individual*, podemos pensar o particular como um todo em si e colocar nosso espírito dentre as coisas, como pedia Jean Wahl. Recuperamos *a crença na vida real*, como queria Breton. É o concreto, dirá Politzer, que pode, enfim, falar.

*

III. O RETORNO AO ABSTRATO

*Mesmo atualmente, seu efeito de choque não foi atenuado:
quem negará o valor libertador do grito de “morte à metapsicologia!”
numa época em que os conceitos metapsicológicos de Freud perseveram no ser [...]*

Jean Laplanche

1. Morte à metapsicologia!

Como poucos, hoje, parecem se lembrar deste “valor libertador” do grito de Politzer — ao qual Laplanche fazia referência no VI Colóquio de Boneval, em 1960 — gritaremos com ele, fazendo-nos advogados da causa politzeriana, tal como nos propusemos de início. Tentemos, portanto, reconstituir o caminho da crítica à psicanálise, tal como ele é traçado na CFP.

Até aqui, vimos como *os procedimentos* adotados pelos psicanalistas contêm em si uma inequívoca orientação concreta, um distanciamento profundo dos procedimentos abstratos do psicólogo clássico — o que faz de Freud, para Politzer, o fundador da primeira psicologia que pode se dizer concreta. E é justamente por isso que, também no que diz respeito às teorizações, “esperar-se-ia encontrar em Freud explicações adaptadas a essa psicologia concreta de que ele seria o fundador; encontrar, em suma, a atitude concreta que presidiu suas descobertas” (CFP, p.111).

Nesta espera, no entanto, damos com os burros n’água. Toda aquela inspiração concreta que governa o psicanalista em seus procedimentos parece ser completamente abandonada em suas elaborações teóricas. Os pontos de vista abstrato e formal retornam. E retornam amparados, como sempre o são, por uma concepção *realista* do fato psíquico. Tal concepção, por sua vez, decorre de um erro que Freud não fora capaz de sanear completamente: abandonado pela psicanálise em sua prática, desmentido pelos fatos novos que este novo campo do conhecimento descobriu, *o postulado da convencionalidade do significado* sobreviveria, não obstante, na tentativa feita por Freud de encontrar explicações cabíveis ao método novo que inventara. Em poucas

palavras, temos, na psicanálise, a presença simultânea e contraditória de *procedimentos concretos e teorizações abstratas*, de modo que:

o antagonismo fundamental entre as duas formas de psicologia se encontra, agora, no seio da própria psicanálise, que aparece assim como dilacerada entre a antiga e a nova psicologia (CFP, p.111).

Mas para compreendermos corretamente o modo como o *postulado da convencionalidade do significado* pôde sobreviver, dilacerando a psicanálise em seu seio, lancemos mão de um modo específico de defini-lo, entendendo-o, agora, como

a crença em duas teses: (1) existe apenas o sentido convencional, fixo e imediato para cada proferimento; (2) sempre que a tese (1) for aparentemente violada, ela realiza-se em outro plano (GABBI, 1998, p.XVI).

Tal definição faz-se aqui particularmente elucidativa. Pois parecíamos ter demonstrado, no capítulo anterior, que, longe de buscar um sentido único para cada palavra, a análise freudiana do conteúdo manifesto dos sonhos despontava como *a mais veemente recusa do postulado da convencionalidade do significado*, já que era capaz de encontrar, invariável e incontestavelmente, uma pluralidade de significados radicalmente diferentes para cada representação onírica. Como dissemos, no método de interpretação dos sonhos psicanalítico, chega-se enfim às *dialéticas individuais* de cada sujeito, de maneira que, por exemplo, a palavra “cavalo” poderia vir a significar “pai” para o pequeno Hans, “água” significaria “cão da governanta” para Anna Ó, etc.

Mas, como tão bem explica Osmir Gabbi Jr. na definição acima, aquele que não é capaz de abandonar por completo este postulado se faz refém da necessidade de *buscar um outro plano*, de encontrar uma *outra ordem de realidade* na qual os significados convencionais sempre se realizariam, indefectíveis. É justamente essa necessidade que leva Freud a criar a primeira de suas abstrações, que atende pelo nome de *conteúdo latente*. Vejamos, então, como, para Politzer, Freud teria procedido.

Um paciente narra um sonho. Trata-se de uma narrativa aparentemente caótica, sem qualquer significação relevante para a vida do paciente. Ocorre que, ao longo da análise, por meio das associações fornecidas pelo sonhador e com o auxílio das interpretações dadas pelo analista, *esta narrativa adquire, enfim, um sentido*, tornando-se preta de significados perfeitamente coerentes, absolutamente relevantes e, o que é fundamental, completamente *inseridos na história de vida do paciente*. Ora, a ordem temporal na qual os fatos se desenrolaram é óbvia: em um primeiro momento, há uma narrativa aparentemente desprovida de sentido e, apenas em um segundo instante, temos uma explicação coerente para aquilo que foi vivido em sonho pelo paciente. Pois é precisamente neste ponto que Freud operará sua grande viragem, que viria a ser *o ponto de partida de seu retorno à abstração*.

Por não ser capaz de acreditar que um discurso poderia muito bem ser construído sem apelo aos significados convencionais, *Freud deliberadamente inverte a ordem dos fatos*: o sentido surgido em análise será chamado de *conteúdo latente*, e será entendido como anterior, como pré-existente ao sonho tal como narrado pelo paciente, suposto *conteúdo manifesto*. Ou, para dizê-lo nos termos da definição de que nos servimos: como os dados advindos da clínica mostravam não haver apenas um sentido convencional, fixo e imediato para cada proferimento, isto é, como *a tese (1) foi violada*, Freud seguiu à risca a tese (2), ou seja, tratou de *realizar em outro plano a tese (1)*.

É fácil notar, assim, como essa inversão descabida é exigida por um falso pressuposto, cuja veracidade os fatos antes desmentem do que comprovam: diante da prova de que um discurso composto por expressões não intersubjetivamente partilháveis *não é desprovido de sentido*, prova que constitui, por excelência, *a maior evidência da falsidade do postulado da convencionalidade do significado*, o psicanalista, em vez de recusar este postulado, em vez de decretar definitivamente sua inanidade, empreenderá um monumental esforço teórico para preservá-lo, como quem tenta manter de pé o mesmo prédio cujos alicerces acabara de demolir. Este esforço, para Politzer, atende pelo nome de *metapsicologia*.

Se “Michel Foucault observa que “a psicanálise nunca chegou a fazer as imagens falarem [...] Freud tampouco”, diz Gabbi Jr., “deixa a linguagem falar: ele considera as palavras, da mesma forma que as imagens, como meros índices do pensamento”⁴¹ (GABBI, 1998, p.XII). Reencontramos, assim, esta pedra que nunca parece abandonar o caminho dos psicólogos: exatamente como havia acontecido com a psicologia clássica, todos os enganos da psicanálise também decorreriam de uma *concepção equivocada de linguagem*.

Incapaz de abdicar da tentação de procurar um lastro real que garanta o significado de cada palavra, transformando-as, portanto, em mero modo de expressão de representações internas, Freud promove o *desdobramento do discurso*: tanto quanto os psicólogos introspeccionistas, que o faziam *para dentro*; tanto quanto os objetivistas, que o faziam *para fora*; o *psicanalista, ao postular o conteúdo latente, ou seja, ao admitir a existência de representações psíquicas, não consegue abandonar a postura realista ingênua*, que consiste em tratar um significado como se ele fosse um objeto real, passível de ser apreendido imediatamente por meio de uma faculdade perceptiva qualquer. E a primeira noção que seguirá como necessidade lógica desta ingenuidade não é nada menos do que o mais célebre conceito da psicanálise:

Porque o conteúdo latente é real, e como, por outro lado, o que é consciente não é senão o conteúdo latente disfarçado, é necessário admitir que a forma do conteúdo latente é “inconsciente” (CFP, p.120).

Mas tenhamos calma e deixemos para mais adiante a análise politzeriana do inconsciente psicanalítico. Por hora, não deixa de ser impressionante observarmos como Politzer consegue fazer com que toda a metapsicologia freudiana seja vista tão somente como *uma série de deduções impostas pelo fato de ter-se arbitrariamente desdobrado uma mesma narrativa em duas*: conteúdo manifesto e conteúdo latente. Isso porque, se há um conteúdo latente desconhecido pelo próprio paciente, e se este conteúdo é

⁴¹ Apesar de já termos anunciado nossa intenção, cabe, mais uma vez, a ressalva: não iremos, aqui, empreender qualquer análise sobre a concepção de linguagem efetivamente presente na obra de Freud — empreitada que superaria, em muito, nossos esforços — mas apenas sobre o modo como Politzer parece tê-la compreendido. Utilizamo-nos da análise de Gabbi Jr., portanto, que não poderia ser melhor para aquele que pretende se fazer advogado do pensador húngaro. Para outra boa análise do assunto, indicamos o artigo de Richard Simanke “Clínica e metapsicologia de Freud a Lacan”, in: *Temas em Psicologia*, n.2, 1994.

entendido como dotado de validade ontológica, deve-se postular uma instância psíquica *Inconsciente* na qual ele se localizaria. A operação pela qual tal conteúdo se tornaria inconsciente chamar-se-á *recalque* e a força responsável por recalá-lo e por deformá-lo, transformando-o em conteúdo manifesto, será batizada de *censura*.

A partir de então, todos os fatos clínicos serão sistematicamente moldados ao desdobramento do discurso e à inversão da ordem dos fatos promovida por Freud. Se, por exemplo, o paciente é capaz de trazer um grande número de associações a respeito de apenas um elemento do sonho, em vez de saudarmos sua admirável capacidade de buscar novas lembranças sobre aquilo que viveu, diremos que foi o sonho que, antes, havia *condensado* todos estes significados de que agora dispomos. Assim, longe de serem induzidos a partir dos fatos observados na clínica, todos os conceitos mais fundamentais da metapsicologia freudiana

se explicam, ao contrário, pela concepção que Freud possui das relações do conteúdo manifesto e do conteúdo latente, e da forma de existência psicológica que convém a este último: estas são as idéias que vão constituir, a partir de agora, a pedra angular da *Traumdeutung* (CFP, p.114).

Se quisermos resumir em uma só frase aquilo que todos esses conceitos metapsicológicos permitem, poderíamos dizer que, com eles, *abandona-se de modo definitivo a perspectiva da primeira pessoa e adota-se mais uma vez o discurso em terceira pessoa* como modo de explicação dos fenômenos psíquicos. Tudo isto, é claro, para o mais profundo desespero de Politzer.

Sempre em terceira pessoa, dizemos, então: durante o sono, a censura existente entre os sistemas Inconsciente e Pré-consciente relaxa suas atividades e, ao fazê-lo, permite que impulsos reprimidos do Inconsciente alcancem uma expressão, possibilitando, assim, que a regressão alucinatória característica dos sonhos ocorra (cf. FREUD, 2001, p.545). Isto quer dizer que, depois de tantos acertos, Freud, ao fim e ao cabo:

comete o erro clássico: ele decompõe o ato do sujeito em elementos que, todos eles, estão abaixo do nível do “eu” e quer, em seguida, reconstituir o pessoal por meio do impessoal — ou, se se preferir, ele faz hipóteses de estrutura, enquanto as hipóteses de estrutura lhe são proibidas, e as constrói conforme o esquema realista, ou seja, *projetando na “realidade interna”, sob sua forma geral, aquilo que não pode ser levado em conta senão para esclarecer o ato do sujeito* [...] (CFP, p.134).

Em sua recusa absoluta e irrestrita à metapsicologia, Politzer não parece sequer comover-se com as inúmeras advertências que povoam a *Traumdeutung*, todas elas convocando o leitor a nunca, em hipótese alguma, *confundir os andaimes metapsicológicos com o edifício da psicanálise* (cf. FREUD, 1900/2001, p.517). “Evitarei cuidadosamente a tentação de determinar essa localização psíquica como se fosse anatômica” (idem), diz Freud, em dado momento; “Tudo o que pode ser objeto de nossa percepção interna é *virtual*” (idem, p.583), destaca, mais adiante. Ou, ainda, como no trecho citado por Politzer:

É bem possível que esta primeira parte de nosso estudo psicológico dos sonhos nos deixe um sentimento de insatisfação. Mas podemos consolar-nos com a idéia de que *fomos obrigados a construir nosso caminho nas trevas* (FREUD, 1900/2001, p.528 [grifo nosso]).

Mas pouco importariam essas ressalvas, que para Politzer mais constituiriam uma denegação do que uma verdadeira correção. Sobre o trecho acima, ele dirá que se “a psicanálise chega mesmo a transparecer [sua verdadeira inspiração] neste parágrafo, ela não o faz senão para ir se abismar na abstração” (CFP, p.136). Isso porque o que estaria em jogo, de fato, seria a volta do *formalismo funcional* e de suas explicações mecanicistas, um caminho das trevas que — ao contrário do que pensava Freud — é um caminho sem volta:

Ora, uma vez que se toma esta atitude, é impossível interrompê-la, e nunca, em momento algum, a incompatibilidade dos fatos novos com a

psicologia antiga poderá surgir, pois será sempre possível levar cada vez mais longe a articulação e a ampliação de suas hipóteses e de suas noções (CFP, p.218).

Em suma, adentramos a metapsicologia freudiana, em que *os processos psíquicos são descritos em suas relações dinâmicas, tópicas e econômicas* (cf. LAPLANCHE e PONTALIS, 2001, p.284-5). Retornamos, enfim, ao jogo do *formalismo*, no qual o sujeito deixa de agir para que elementos impessoais, que habitam sua mente, ajam por ele. Em outras palavras, o que Freud ignoraria cada vez mais seria o alerta de Jean Wahl, esquecendo que

sua teoria não é verdadeira senão na medida em que participa do concreto, na medida em que ela só reconhece como fato psicológico aquilo que é o ato efetivo de um indivíduo singular, [de modo que ele, então,] se esforçará cada vez mais para explicar as coisas por uma mecânica que [...] funciona no vazio (CFP, p.129-130).

Aqui, não há mais “ato efetivo de um indivíduo singular”, não há mais sujeito, não há mais sentido; em seus lugares, há um vazio fundamental. E há, outrossim, *uma nova mitologia*: depois de, com seus procedimentos, fundar a psicologia concreta, Freud, com suas teorizações, não conseguiria criar mais do que um novo avatar do *mito da vida interior*.

*

Haveria, afinal, uma linha genealógica entre a fundamentação da modernidade e o inconsciente psicanalítico? Certamente que sim, ao menos para Lacan. Em outras palavras, segundo o psicanalista parisiense, o inconsciente freudiano seria o sintoma produzido pela noção moderna de subjetividade.

Vladimir Safatle

2. O sintoma de Descartes ⁴²

Algumas idéias centrais devem balizar a boa compreensão da crítica politzeriana ao conceito de inconsciente. De imediato, devemos desiludir aqueles que acreditam poder se defender deste ataque bradando contra o primado da exclusividade da consciência, pois, aqui, “a condenação do inconsciente não significa em absoluto o retorno à consciência” (CFP, p.157). Isso porque não se trata de escolher entre alternativas já disponíveis, entre esta oposição *consciente x inconsciente*, mas de *recusar a oposição como um todo*, para que seja possível, a partir de então, buscar novas alternativas teóricas. Como diz Politzer, é necessário que “a psicologia concreta encontre-se situada, precisamente por sua orientação concreta, sobre um plano no qual a oposição clássica não possua interesse algum” (CFP, p.158). Ou seja, dizer que um fato psíquico é *consciente* constituiria uma afirmação tão abstrata quanto seria supô-lo *inconsciente*.

Segundo alerta: Politzer não tenta com sua crítica derrubar o alicerce fundamental da psicanálise, como bem poderíamos imaginar. Afinal de contas, entende-se comumente, como o faz o próprio Freud, que “a diferenciação do psíquico em consciente e inconsciente é a premissa fundamental da psicanálise” (FREUD, 1923). Mas, diz Politzer:

os psicanalistas estão realmente errados quando crêem que psicanálise e inconsciente são inseparáveis. Isto não pode ser assim, pois a inspiração fundamental da psicanálise é precisamente a orientação em direção ao

⁴² Se nos referirmos a Descartes, a quem a tradição acostumou-se a atribuir o legado da noção moderna de subjetividade, observemos que esta noção só poderá surgir plenamente no idealismo alemão. Pois, no cartesianismo, “o Eu pensante não é razão de ser da realidade objetiva da idéia de Deus. Nesse ponto as coisas se invertem [...] pois Deus é que é razão de ser do próprio Eu pensante” (SILVA, 2005, p.61).

concreto [*vers le concret*] enquanto o inconsciente é inseparável dos procedimentos constitutivos da psicologia abstrata (CFP, p.191).

Assim, muito longe de procurar recusar a psicanálise por completo, o que se tenta fazer é, ao contrário, encontrar sua verdadeira inspiração, recolocá-la na direção que lhe é própria, que é aquela que tem o *concreto* em seu horizonte. Como bem resume Gabbi, “haveria na obra de Freud algo de muito valioso recoberto por uma camada grosseira, que deveria ser retirada de modo a podermos recuperar a sua essência” (GABBI, 1998, p.X).

*

Vemo-nos obrigados a fazer, novamente, um aviso duplo. Pois, se este capítulo deve tratar de tudo aquilo que, no interior da psicanálise, brilha pela *abstração*, pelo *abandono da inspiração concreta*, pela conformidade, enfim, às teorias natimortas da psicologia clássica, talvez seja interessante que nos remetamos a esta aparente esquiva freudiana:

Os filósofos sem dúvida nos objetarão: não, o termo inconsciente não tem, aqui, significação alguma; enquanto a representação se encontrava em estado de latência, ela não possuía absolutamente nada de psíquico. E se nós quiséssemos, desde já, contradizê-los sobre esse ponto, entraríamos em uma querela verbal na qual não teríamos nada a ganhar (FREUD, [1923]).

Estaria Freud, nesta citação, lançando mão de uma tentativa de bloquear um debate tão importante, como se não fosse, ele também e tanto quanto “os filósofos”, um pensador bastante afeito a “querelas verbais”? Duplo aviso, dissemos, porque aquele que se furta a uma discussão demonstra com esse gesto não apenas uma impotência argumentativa, mas também uma clara consciência do caráter delicado de sua posição. Em poucas palavras: *assumimos de saída o estatuto problemático do inconsciente*

freudiano e descartamos a hipótese de que isto se deva a uma ingenuidade qualquer de seu criador.

Mas façamos justiça a Freud e destaquemos que, longe de bloquear a discussão, o que ele pretende é deixar claro um argumento central e sistematicamente usado pelos psicanalistas nas discussões sobre a fundamentação última do conceito de inconsciente: com esse termo, estar-se-ia exprimindo antes uma *constatação*, uma dedução necessária imposta por dados advindos da empiria, do que uma *hipótese teórica*. Deste modo, neste trecho acima citado do texto *O Eu e o Isso* Freud protela a discussão meramente por considerar como muito mais veementes os argumentos que serão fornecidos em seguida, retirados da observação dos dados empíricos.

Isso porque a argumentação que expusemos no tópico anterior já seria suficiente para rebater o chamado *inconsciente latente*, ou seja, a *suposição*, feita a partir do postulado da convencionalidade do significado e da exigência realista, de que aquilo que é desconhecido pelo paciente existe em estado de latência no mesmo momento em que ele afirma desconhecê-lo. Mas eis que os fatos intervêm, pedindo-nos nova explicação: se tal suposição não passava de uma hipóstase, de uma fantasia que nada deve àquelas da psicologia clássica, ou seja, se aquela suposta representação em estado latente de fato não existe, como explicarmos, então, que *representações inconscientes possuam efeitos conscientes*? Como explicarmos, em resumo, aquilo a que Freud se referirá como *inconsciente dinâmico*, aquelas idéias que, mesmo distantes da consciência, continuam ativas e intensas, provocando fenômenos que podemos observar diretamente?

Está aí a primeira tarefa anunciada por Politzer: deve-se mostrar, antes de tudo, que *existe uma distância gigantesca entre aquilo que de fato é observado e a criação do conceito de inconsciente*.

Tomemos o sonho de Irma. Para Politzer, tudo o que nele ocorreria, como vimos no capítulo anterior, é que uma *intenção significativa teria se ligado a um signo imprevisto*, não convencional, ou seja, a intenção que Freud possuía de errar o diagnóstico de sua paciente ligou-se ao signo “Irma está com dor de garganta”. Dizendo-o em outras palavras, *temos em ação uma dialética individual*.

Mas, diante do sonho narrado pelo paciente, o que pode fazer aquele para quem a significação convencional deve, sempre e necessariamente, *ter se realizado em outro*

plano? Como sabemos, o psicanalista, invertendo a ordem dos fatos, irá postular um conteúdo latente, anterior à narrativa de que ele de fato dispõe, e que não passaria deste mesmo conteúdo deformado pelo trabalho da censura. Traduzida no plano ontológico, aquela intenção significativa será chamada por Freud de “representação” e poderá, então, ser considerada a *causa inconsciente* da narrativa do sonho, ou seja:

É apenas após se entender que a relação “lingüística” ou “cênica” deve se transformar imediatamente em relação causal, e que o conteúdo latente deve existir tão atualmente quanto o conteúdo manifesto, [é só então, enfim,] que a inadequação dos elementos do sonho às suas intenções significativas se tornará uma revelação da existência de uma representação em um além-psíquico (CFP, p.170).

Em resumo, novamente é apenas por meio do *desdobramento do discurso* e de sua *tradução em um plano ontológico* que podemos enxergar nos fatos a imposição da aceitação da tese do inconsciente. Mas vejamos agora um dos exemplos mais caros ao analista, tal como ele é descrito por Politzer:

O sujeito tem enormes dificuldades de abordar certos temas que se revelam, em seguida, essencialmente significativos. Depois de ter feito algumas “associações”, ele começa por dizer que nada lhe vem à mente, que agora ele realmente não tem mais nada a dizer. Se insistirmos, ele dirá que lhe vêm algumas idéias, mas que elas não têm realmente importância nenhuma. Se insistirmos ainda mais, ele se engaja, com um sorriso irônico, numa discussão sobre a psicanálise. Tenta desarmar o analista dizendo, por exemplo, que evidentemente lhe será dito que tudo isso é resistência, mas que essa é uma afirmação arbitrária, etc. Se conseguirmos convencê-lo a investigar, com o analista, se tudo isso é mesmo resistência, e a continuar, com este objetivo, suas associações, veremos, finalmente, aparecer uma idéia que só com enorme dificuldade o sujeito confessa, que, por exemplo, ele tem um desejo incestuoso claramente caracterizado, etc. (CFP, p.171).

O que podemos observar, efetivamente, neste fato? Dirá o psicanalista que temos aqui uma das evidências mais incontestáveis da existência de idéias inconscientes, uma vez que, neste caso, *as idéias estão em ação*. Enquanto o paciente resistia a falar sobre o assunto, tínhamos uma representação psíquica desconhecida dele próprio, portanto inconsciente, mas que não obstante provocava efeitos objetivamente observáveis. Em resumo, *o desejo incestuoso funcionava como causa de sua resistência*.

Ocorre que essa descrição feita por Freud sobre o fenômeno da resistência “*não é uma constatação, mas uma hipótese*, e como tal ela pode e deve ser criticada” (CFP, p.173). Pois o que é que, efetivamente, se constatou? Que uma narrativa construída pelo paciente ao fim de um processo de análise foi capaz de explicá-lo, isto é, esta narrativa pôde *dar sentido* ao seu modo de se comportar durante este processo. Ou seja, *ao inserirmos aquilo que era um segmento da vida do indivíduo – seu comportamento durante a análise – no drama ao qual ele pertence, pudemos esclarecer o seu sentido*.

Notemos como nesta descrição, feita em termos politzerianos, há um *sujeito agente*, enquanto na explicação freudiana o sujeito havia se transformado em um mero lugar, em *um observador passivo de supostas entidades psíquicas que, estas sim, lutariam entre si*. Seria preciso, pois, para que se validasse esta mitologia freudiana, assumirmos a perspectiva realista e fazer de uma *significação* uma *representação*, ou seja, hipostasiá-la, transformá-la em um objeto real, capaz de funcionar como *causa* de efeitos reais.

Longe estamos da constatação empírica. “O fato citado como prova do inconsciente dinâmico se comporta como as provas do inconsciente latente” (CFP, p.169): não são os fatos que impõem o inconsciente, mas, tão somente, *os fatos deformados pela lente torta do realismo*.

*

Mas ainda há algo de muito nebuloso na crítica politzeriana. Pois a afirmação que fizemos há pouco, segundo a qual *uma narrativa construída pelo paciente ao fim de um processo de análise teria dado sentido ao seu modo de se comportar durante este*

processo, não pode passar sem explicações. O que, com efeito, significa dizer que um sujeito é capaz de se comportar, de viver, enfim, sem conhecer o sentido de seus atos?

Ora, a pergunta que realmente deve ser posta é, antes, de onde viria a premissa oposta, ou seja, a de que *não* seria possível agir sem conhecer o sentido de seu ato? De onde ela viria, senão da exigência realista, cuja verdadeira essência parece que só agora, depois de tanto falarmos sobre ela, podemos realmente conhecer:

essa idéia de que todo comportamento supõe uma narrativa adequada de onde ele procede afirma precisamente a primazia da *representação* sobre o *ser*, a primazia da atitude *reflexiva*, isto é, da atitude *descritiva*, sobre a *vida* (CFP, p.190).

Por que, perguntará Politzer, exigir do vivente algo mais, senão que ele viva? Como exigir do sonhador outra coisa senão sonhar? Sobre essa exigência de primazia da idéia sobre o ser, não devemos ter medo de dizer o seu nome: *exigência idealista*. A psicanálise seria, no fundo, incapaz de se livrar deste legado do idealismo, incapaz de aceitar que *se vive muito mais do que se pensa*, ou que *não pensamos tudo aquilo que vivemos*, ou, ainda, que *o pensamento* — o pleno conhecimento do gesto, isto é, sua subsunção a uma narrativa que o descreve e contextualiza — *não é condição necessária para que o gesto seja executado*. Freud é, em suma, refém de Descartes.

Assim, não seria por outro motivo que “quando um comportamento é maior do que aquilo que a narrativa que o acompanha indica, projeta-se no inconsciente aquilo que falta à narrativa para que ela seja adequada” (CFP, p.189). Idealistas, pois, seriam todos aqueles psicanalistas que acreditam que *o sujeito não sabe que sabe*, isto é, que ele *sabe mais do que pensa*, ou, enfim, que *em algum lugar, no fundo de sua mente, esconde-se um saber inconsciente*.

Dáí, talvez, a predileção de Politzer pelo drama e, de Freud, pelas tragédias. Como nos sugere essa brilhante explicação feita de improviso por Marilena Chauí:

O que acontece com o herói trágico? Tudo o que ele sabe, é o que ele ignora; e tudo o que ele ignora, é o que ele sabe⁴³. Ele é trágico por isso: não há nenhuma possibilidade do saber e da ignorância se cruzarem, eles formam dimensões distintas da vida dele. A única junção é feita pelos deuses, ou seja, *é necessário um poder transcendente para juntar o saber e a ignorância do herói*. Já no drama, a ignorância é o seu tema: o drama se desenrola a partir desse não-saber. E, no entanto, o desenlace do drama é o momento no qual essa ignorância se torna saber. Sem esse saber *que o desenrolar do próprio drama traz*, você não poderia ter o desenlace. Diferentemente da tragédia, não há uma força transcendente que determina o destino da personagem dramática: *é o caminho que ela faz que produz o desenlace* [grifos nossos] ⁴⁴.

Trocando em termos politzerianos, para descobrirmos o sentido de um ato não é necessária outra coisa do que enxergá-lo como um segmento da vida dramática de um indivíduo singular, *segmento que é desprovido de sentido justamente por ser tão somente um segmento*. Quando o sujeito produz outras narrativas sobre o fato, quando ele, por exemplo, “associa livremente”⁴⁵ sobre o conteúdo manifesto do sonho, não faz nada mais do que inserir esse segmento no todo ao qual ele pertence. Ou seja, *reinsere o fato psicológico na vida dramática de que ele é um segmento é tudo o que é necessário para que surja um sentido*.

Torna-se obsoleta a metapsicologia freudiana, esta maquinaria que *transforma o drama da existência humana em uma mera relação mecânica de causa e efeito*, que transforma o sujeito agente, cuja vida é, precisamente, o *drama da busca de um sentido*, em um sujeito agido, determinado causalmente, mecanicamente, por representações psíquicas inconscientes. Determinado, enfim, como Édipo o é, *tragicamente*, por um sentido pré-existente às suas ações.

⁴³ Para que isto fique claro, basta lembrarmos de Édipo: tudo aquilo que ele sabe, isto é, que ele *matará o pai e desposará a mãe*, é, justamente, tudo aquilo que ele ignora.

⁴⁴ Trata-se de uma explicação dada em sala de aula, na Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da USP, em outubro de 2009, numa discussão sobre as influências de Politzter sobre o pensamento de Merleau-Ponty. Os frutos deste poder sintético avassalador, uma das qualidades mais impressionantes desta filósofa, merecem, sempre que possível, uma forma qualquer de registro, tal como esta que aqui garantimos.

⁴⁵ Notemos como a escolha freudiana do termo “associação” já é uma decorrência realista: não se constrói um discurso, mas associam-se idéias.

Abandonando o plano da vida dramática, Freud solapa o mesmo dinamismo que pensa garantir. Pois dinâmico, diz Politzer, é o ato, é o comportamento, é o sujeito agente, e não este esquema mecânico tomado emprestado da física newtoniana:

Ora, semelhante dinamismo não pode ter nenhuma significação psicológica. Pois o único dinamismo que pode ser psicologicamente concebido é o dinamismo do *eu*, isto é, um dinamismo em primeira pessoa, e toda concepção que queira dotar de dinamismo *elementos* ditos psicológicos é necessariamente mitológica (CFP, p.193-194).

Adquire todo o seu sentido, finalmente, aquela denegação feita pelo psicanalista da invalidade do postulado da convencionalidade do significado. E é exatamente por isso que Politzer irá caracterizar o inconsciente como *“a medida da abstração que sobrevive no interior da psicologia concreta”*(CFP, p.156). Esta frase é bastante precisa, não constituindo tão somente um jogo retórico com o qual o autor apenas reforçaria o caráter radicalmente abstrato desta noção. Com efeito, o que está sendo dito é que essa noção pode servir como *parâmetro para que se possa efetivamente mensurar a intensidade do choque entre os fatos novos descobertos pelo psicanalista e os procedimentos fundamentais da psicologia clássica*.

O inconsciente seria, assim, aquilo que vem para salvar o que não mais pode ser salvo, uma tentativa de estruturação de um corpo teórico que fora desmantelado em sua raiz. Pois os procedimentos concretos da psicanálise não poderiam habitar o corpo abstrato de sua teoria a não ser como uma espécie de antígeno que, como tal, deve desencadear uma resposta imunológica. Para dizê-lo em termos psicanalíticos, *o inconsciente é um sintoma da inspiração concreta da psicanálise* e, como todo sintoma, em um só golpe esconde e revela uma *verdade fundamental*.

Para que conheçamos esta verdade, indaguemo-nos o que faz diante da prova de que não há um significado convencional que sustenta e que é anterior ao ato do sujeito, ou, se quisermos, diante da falência da primazia da representação sobre o ser, indaguemo-nos, dizíamos, o que faz, não o psicanalista, *mas o místico*. Pois aquele, já o sabemos, postula um conteúdo latente, inconsciente, com o qual tenta ressuscitar seu postulado. Mas é a atitude deste último, do místico, que *revela a verdade da atitude do primeiro*, do psicanalista. Pois toda forma de misticismo parece sempre nos dizer que a

idéia, a garantia do sentido, já era, sempre o foi, garantida em outro plano por uma instância transcendente.

Em ambos os casos temos a *intervenção arbitrária de um conceito abstrato que permite que a primazia da idéia sobre o ser continue sendo considerada válida apesar de ser sistematicamente desmentida pelos fatos observados*. Assim, tanto quanto o crente — para quem os sentidos descobertos no mundo são provas da existência de Deus, enquanto Deus seria, ao mesmo tempo, a instância garantidora de um sentido último ao mundo — o psicanalista seria eterno refém de um raciocínio circular:

É assim que se esclarece a verdadeira função do inconsciente. Como ele é precisamente o lugar das narrativas postuladas em nome da exigência que acabamos de descrever, sua função é essencialmente a de garantir a esta exigência seu valor permanente. [...] Em resumo o inconsciente torna irrefutável o postulado, e o postulado torna irrefutável o inconsciente (CFP, p.190).

Pouca diferença haveria, pois, entre o psicanalista e o místico: dizer que o sujeito “não sabe que sabe” nada mais seria do que *fazer das profundezas de sua mente um refúgio do transcendente*, uma nova morada para os deuses, dando um novo lar para *aquilo que antecede, garante e determina o sentido dos seus atos*. Assim, o que é impossível para o místico e para o psicanalista, no fundo, é uma só e a mesma coisa: *aceitar a imanência radical da vida à vida*, da existência à existência, do drama ao drama, e do sentido que nele se produz sem apelo algum para *um outro plano* que lhe seja transcendente, esteja este plano situado num *para além* ou num *para quem*.

*

IV. CONCLUSÃO: TRABALHANDO SOBRE ESCOMBROS

Que seria da *Crítica dos Fundamentos da Psicologia* se ela não representasse nada mais do que “um extraordinário *acerto* crítico” (PRADO, 1991, p.27)? De que serve todo o trabalho de Politzer se se o restringe à sua parte negativa, à demolição de toda e qualquer forma de psicologia? Em suma, o que poderíamos concluir da CFP se aceitássemos que ela não foi capaz de construir, efetivamente, um claro modelo de psicologia concreta? É o próprio Politzer que nos responde a essas perguntas:

Se for assim, de duas, uma: ou bem nós realmente adivinhamos a essência da psicologia concreta, mas agora a dualidade que constatamos nos mostra precisamente que essa psicologia tem a necessidade de recorrer ao aparelho teórico da psicologia clássica, que, longe de ser condenado, recebe assim uma nova vitalidade [...]; ou bem, se fazemos questão absoluta da morte da psicologia clássica, é nossa concepção de psicologia concreta que perde todo o interesse, pois ela se mostra precisamente incapaz de compreender o drama que pretende estudar (CFP, p.212).

Este problema não deixa de encontrar na CFP uma forma de resolução. Como vimos, conceitos psicanalíticos como os de *desejo, identificação e complexo de Édipo*, constituiriam provas de que a psicologia concreta não só é possível, como já estaria viva. Ocorre que esse argumento, claro o é, não deixa de ser tão somente a resolução da “questão de princípio” (CFP, p.238), isto é, a evidência da mera *possibilidade* de existência de uma psicologia concreta.

Assim, depois de fazer a denúncia, *Politzer se furta à responsabilidade de reconstruir as noções fundamentais da psicanálise de um modo compatível com as exigências da psicologia concreta*. Isto, diz ele, “é tarefa para os técnicos” (CFP, p.158). Pois foi justamente esta “tarefa técnica” que alguém como Jacques Lacan parece ter ensaiado realizar. Vamos a ela.

Para Lacan, o problema da objetividade da subjetividade vinha da época das suas leituras da Crítica dos fundamentos da psicologia, de Georges Politzer [...]. Aqui, já estava enunciada uma das questões centrais que percorrerão toda a aventura intelectual de Jacques Lacan: como é possível fundar uma ciência da subjetividade que não acabe por coisificar a própria subjetividade e perder exatamente aquilo que queríamos conservar.

Vladimir Safatle

Por uma ciência da subjetividade: Lacan, leitor de Politzer

Este é um trabalho, claro o é, sobre Georges Politzer. Ou, se quisermos ser mais exatos, sobre a *Crítica dos Fundamentos da Psicologia*. Pretendemos neste tópico, portanto, apenas indicar uma possibilidade de articulação e desenvolvimento do pensamento politzeriano. Trata-se, logo, tão somente de um apontamento, de um modo de propormos caminhos futuros para aquele que desejar, por sua própria conta e risco, avaliar os impactos deste pensamento na psicanálise lacaniana.

A fim de que um tema deste porte se fizesse proporcional ao nosso espaço, além de nos restringirmos a breves apontamentos, circunscreveremos radicalmente nosso escopo, escolhendo a Tese de Doutorado de Jacques Lacan⁴⁶, em meio à sua vasta produção, como nosso único objeto de análise. Assim, *ignoraremos deliberadamente tudo aquilo que é posterior a 1932*.

De saída, para que deixemos clara a pertinência desta escolha, devemos expor um pressuposto que lhe é central. Defendemos, com efeito, que *a tese lacaniana só com muita levandade pode ser considerada um texto menor*, um trabalho de um jovem ainda pouco maduro intelectualmente; ao contrário, entendemos que ali já estão os pontos principais a serem desenvolvidos por Lacan ao longo de toda a sua obra. Decorre, deste ponto, uma segunda observação: se Georges Politzer é invariavelmente considerado uma influência maior para Lacan à época da Tese, sua importância para os posteriores desdobramentos do pensamento lacaniano costuma ser subdimensionada.

⁴⁶ *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*, doravante “Tese”.

Apoiamo-nos, aqui, em comentadores como Vladimir Safatle, para quem a Tese é “um texto injustamente muito pouco lido inclusive por aqueles que se interessam por Lacan” muito embora ela estabeleça “um campo claro de problemas e referências que nortearão o desenvolvimento da clínica de Jacques Lacan” (SAFATLE, 2008a). Neste mesmo diapasão, Bertrand Ogilvie é ainda mais veemente:

“[a Tese e os trabalhos lacanianos imediatamente posteriores] longe de serem apenas universitários, já continham elementos essenciais da problemática por vir, a ponto de poderem ser considerados, ao mesmo tempo como uma via de acesso à obra e como uma chave para a leitura” (OGILVIE, 1991, p.11).

Este menosprezo em relação à Tese, tão injusto quanto prejudicial à compreensão, parece surgir como um sintoma daquela que é a leitura mais recorrente de Lacan, segundo a qual sua obra poderia ser dividida em momentos radicalmente distintos e heterogêneos. Tal divisão evoca uma imagem de descontinuidade do edifício teórico lacaniano que de forma alguma pretendemos corroborar. Ao contrário, quando entendemos que o processo de elaboração de um determinado pensamento traz, em dado momento, *a necessidade de sua própria desconstrução*, aquilo que era visto como ruptura se transforma em continuidade e a aparente heterogeneidade dos instantes dá lugar à unicidade do todo. Como resume Safatle, “não há ruptura absoluta, já que ela sempre é sintoma da situação anterior” (SAFATLE, 2008b), motivo pelo qual “uma verdadeira experiência filosófica é radicalmente una na multiplicidade de suas vozes” (idem).

Em relação à importância de Politzer para Lacan, será Mariguela quem no-la deixará clara, numa afirmação que evidencia o prejuízo decorrente da escassa produção acadêmica sobre o pensamento politzeriano⁴⁷. Diz ele:

⁴⁷ Tal fato pode ser constatado introduzindo-se a palavra-chave “Politzer” no campo de busca do “Dédalus” (catálogo global, que reúne todas as obras das bibliotecas da USP). Tal busca não nos traz sequer uma obra que relacione o pensamento de Politzer com o de Lacan. Por sinal, afora dois artigos de periódicos, encontramos ali apenas uma produção acadêmica de maior fôlego sobre Politzer, que trata de suas relações com Merleau-Ponty.

o modo como Politzer se apropriou de Freud marcou decisivamente o destino da psicanálise na França, visto que essa leitura colocou em operação um nível de discursividade que não cessou de produzir efeitos em toda uma geração de filósofos e psicanalistas na década de 50” (MARIGUELA, 2005).

Ocorre que, como vimos, Politzer deixou em aberto a tarefa de criar um arcabouço teórico que, sem cair em abstracionismos, dê conta das descobertas fundamentais de Freud. Deste modo, a CFP acabaria por sugerir de modo bastante claro a seus leitores a tarefa que lhes caberia: “aceitar as descobertas [de Freud] como questões de fato, mas admitir que estão a exigir um tratamento teórico que lhes faça justiça” (SIMANKE, 2002, p.186).

É o pensador húngaro, portanto, o primeiro a apontar a necessidade de um “retorno a Freud”, o que faz da CFP, para usar uma ótima expressão de Gabbi Jr., “a mãe de todas as leituras esquizofrênicas de Freud”⁴⁸. Podemos, ainda, precisar em que ponto está a cisão que caracteriza estas esquizofrenias: trata-se da dissociação *método/doutrina*.

Tomemos a primeira das “Conclusões dogmáticas” da Tese, que trata, justamente, da questão do método:

A chave do problema nosológico, prognóstico e terapêutico da psicose paranóica deve ser buscada numa análise psicológica *concreta*, que se aplica a todo o *desenvolvimento da personalidade* do sujeito, isto é, aos acontecimentos de sua *história*, aos progressos de sua *consciência*, a suas reações no meio *social* (LACAN, 1987, p.354).

Esta proposta lacaniana não poderia ser mais politzeriana: a psicose deverá ser entendida estando inserida no *drama histórico* do sujeito que a vive, motivo pelo qual o método, diz Lacan, deve incluir “*monografias psicopatológicas*, tão exaustivas quanto possível” (LACAN, 1987, p.354). Na Tese, é o caso da paciente Marguerite Anzieu,

⁴⁸ Anotado, *ipsis literis*, em palestra concedida por Osmyr Gabbi Jr. no Instituto de Psicologia da USP, por ocasião da XIII Semana de Psicologia da USP, em novembro de 2008.

identificado como “caso Aimée”, que lhe servirá como base para suas investigações e que lhe permitirá proceder politzerianamente, utilizando “a ‘noção de drama’ humano na psicose, fazendo do psicótico a testemunha de um drama que o atravessa” (MANNONI, *apud*. SIMANKE, 2002, p.164).

E se, para Politzer, o conceito de inconsciente é o maior índice de abstracionismo presente no pensamento freudiano, Lacan não medirá esforços para torná-lo prescindível à psicanálise. Como diz Gabbi:

Em sua tese [...] Lacan busca *desembaraçar a psicanálise da noção de inconsciente*, que para Politzer, conforme estudamos, era o caminho real para introduzir a mitologia da vida interior (GABBI, 1998, p.XXIII-XXIV).

É, de fato, uma psicologia da consciência que interessa a Lacan, neste momento. Posteriormente, se o conceito de inconsciente pôde ser incorporado à teoria lacaniana, isto só se dá na medida em que *o estruturalismo de Lévi-Strauss permite torná-lo concreto*, ou seja, na medida em que ele deixa de ser entendido como uma *instância psíquica* para designar “o sistema de regras, normas e leis que determinam a forma geral do pensável” (SAFATLE, 2007, p.45). Inconsciente sem profundidade, eminentemente formal, desprovido do abstracionismo dos *conteúdos psíquicos inconscientes*, e que pode bem ser definido, portanto, pelo nome do nosso modo maior de construção de relações, o sistema de leis às quais se submetem todos os nossos pensamentos: a *linguagem*.

Mas voltemos à Tese, já que tais desdobramentos, posteriores a ela, fogem do escopo deste trabalho. Além da incorporação da noção politzeriana de drama, garantida pelo conceito de personalidade, destaquemos outra chave de articulação que nos será essencial: *a centralidade do conceito de desejo*. Enquanto na CFP o conceito de desejo era celebrado como a grande descoberta psicanalítica — que permitiria a teorização sem abstração, a afirmação genérica que não perde de vista a singularidade — na Tese, seu

papel central fica claro já na epígrafe: “*Quilibet unius cujusque individui affectus ab affectu alterius tantum discrepat, quantum essentia unius ab essentia alterius differt*”⁴⁹.

Trata-se da Proposição 57 da terceira parte da *Ética*, obra maior de Benedito de Espinosa. Deste livro, não precisamos virar muitas páginas para que nos deparemos com a seguinte afirmação, em que encontramos o sentido da escolha de Lacan pela epígrafe espinosana: “O desejo é a própria essência do homem”⁵⁰ (ESPINOSA, 2007, p.237). Isto porque, como nos mostra a demonstração daquela proposição, “todos os afetos estão relacionados ao desejo” (ESPINOSA, 2007, p.233) e o “desejo de um indivíduo difere do desejo de um outro tanto quanto a essência de um difere da essência do outro” (idem). Será Safatle, novamente, que deixará claro o que nos interessa, aqui:

Ou seja, só é possível compreender o que está em jogo em um afeto através da introdução de um conceito que visa fornecer uma perspectiva global de inteligibilidade da conduta, um conceito que teria o peso de determinação essencial. Este conceito é o desejo, pensado, como já vemos desde o início, em chave francamente filosófica (SAFATLE, 2008a).

Indicamos, assim, ao menos quatro possibilidades iniciais de articulação entre a Tese e a CFP, quais sejam: (1) a *dissociação entre o método psicanalítico e a doutrina psicanalítica*, ou seja, a aceitação tácita, por Lacan, da tese politzeriana segundo a qual as descobertas de Freud requereriam um novo tratamento teórico, o que nos leva à (2) tentativa de reformulação da teoria psicanalítica, de modo que ela pudesse *prescindir do conceito de inconsciente*, alvo principal dos ataques de Politzer; (3) a incorporação, na Tese, da noção politzeriana de *drama histórico*, feita por meio do conceito de *personalidade* e do recurso a uma *monografia psicopatológica* como método fundamental de investigação do psicólogo; (4) a *centralidade do conceito de desejo*, que permitiria trazer o caráter geral das teorizações ao solo concreto da história de vida dos indivíduos.

⁴⁹ “Um afeto qualquer de um indivíduo discrepa do afeto de um outro [indivíduo] tanto quanto a essência de um difere da essência do outro”.

⁵⁰ No original: “Cupiditas est ipsas hominis essentia”. *Ética III, Definições dos Afetos, Def. 1.*

Aqui, duas ressalvas se fazem necessárias. Em primeiro lugar, é importante dizer que em um verdadeiro estudo sobre os impactos politzerianos na Tese, que não queira recair em uma petição de princípio, num esforço incessante para confirmar suas hipóteses iniciais, os pontos de discordância entre a CFP e a Tese devem ser entendidos como tão importantes quanto suas similitudes.

As quatro possibilidades acima listadas, além de constituir pontos de partida *possíveis*, cabem aqui como forma de explicitar a enorme influência de Politzer sobre o pensamento lacaniano desde a época de elaboração da Tese. Influência que lhe legou, acima de tudo, uma grande questão:

como formalizar um discurso articulado a partir da entrada do sujeito na cena da objetividade? Ou ainda, quais as condições para a consolidação de uma *ontologia da primeira pessoa* que recuse toda recaída em um vocabulário “mentalista” de terceira pessoa?

*

Esclareçamos os termos que compõem o título da Tese: *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*. Lacan parte da distinção — aceita à época nos meios psiquiátricos — entre dois grandes grupos mórbidos: o grupo das demências e o grupo das psicoses. Enquanto o primeiro reuniria distúrbios associados a lesões orgânicas, portanto de origem exógena, o segundo diria respeito a doenças de etiologia endógena, interiores ao psiquismo. Interiores, note-se, “não porque são predisposições constitucionais, mas porque indicam sistemas de reação a situações sociais” (SAFATLE, 2008a).

O que interessa a Lacan, aqui, é precisamente a possibilidade de sustentar que *existem distúrbios mentais que não podem ser satisfatoriamente explicados por correlações orgânicas ou hipóteses causais funcionais*; são problemas “psicogênicos”. Neste contexto, não há exemplo melhor do que o da psicose paranóica, quadro clínico marcado pela produção de delírios (em maior número) e alucinações (menos frequentes), mas que, na grande maioria das vezes, *ocorrem na ausência de qualquer déficit cognitivo aparente*. Assim, dirá Lacan que:

A psicose [...] assume aí todo o seu alcance que é o de escapar a este paralelismo [psicoorgânico] e revelar que, na *ausência de qualquer déficit* detectável pelas provas de capacidade [...], e na ausência de qualquer lesão orgânica apenas provável, existem distúrbios que [...] são todos eles distúrbios específicos da síntese psíquica (LACAN, 1987, p.1-2).

Definindo a psicose como um distúrbio da síntese psíquica, Lacan está dizendo que suas origens só podem ser encontradas nos acontecimentos que marcaram a história de vida do indivíduo, no meio social que lhe é próprio, no *desenvolvimento da personalidade do sujeito*, ou, se quisermos, *no drama de sua vida*. Daí o seu grande tema, “da psicose paranóica em suas relações com a personalidade”, daí, outrossim, sua inequívoca orientação politzeriana.

Isso não implica note-se, em “desconhecer nenhuma legítima concepção dos *fatores orgânicos* que a compõem”, nem “as determinações físico-químicas dos fenômenos vitais”, mas significa simplesmente “levar em conta uma *coerência* que lhes é própria e que se define por essas *relações de compreensão*” (LACAN, 1987, p.2). Lacan pretende, pois, fundar uma verdadeira ciência da personalidade, despojando o sujeito do lugar metafísico que durante tantos séculos ocupou, lugar caracterizado pela crença no indivíduo como aquele que é causa última de seus atos. E se esta crença “o organicista acredita anulá-la, reduzindo-a a uma lesão” (OGILVIE, 1991, p.21), ao fim e ao cabo “ele a mantém e consagra sua presença misteriosa” (idem). Isto porque esta lesão, que nada explica, nos impede de buscar a rede causal que determina o comportamento humano. Assim, “o organicista coisifica a categoria psicológica sem recolocá-la em causa; faz de um sentimento uma coisa, em lugar de *compreender* seu ‘sentido’” (idem).

Deste modo, retirar as hipóteses etiológicas do domínio organicista, reintegrando-as às relações sociais humanas, significa devolver ao comportamento humano sua legibilidade, uma vez que torna possível a reinserção deste comportamento na cadeia causal que lhe é própria. Trata-se, dirá Safatle, de “um *materialismo histórico aplicado às clínicas dos fatos mentais*” (SAFATLE, 2008a). É por esse motivo que Lacan afirmará:

Nada de mais positivo do que nosso problema: eminentemente um problema de fatos, uma vez que é um problema de *ordem de fatos* ou, melhor dizendo, um problema de *tópica causal* (LACAN, 1987, p.2).

Nada mais positivo, nada mais *concreto*, nada mais *politzeriano*.

*

Mas vejamos, agora, como aparece na Tese o termo personalidade. Ao contrário do que faz a psiquiatria contemporânea, a personalidade tal como aqui é compreendida não pode ser decomposta em diferentes funções — tais como juízo, volição, memória, etc. —, mas somente compreendida como um todo, uno e indivisível, “até porque cada ato do indivíduo, cada percepção de objeto atualizaria uma estrutura global de conduta e de inteligibilidade” (SAFATLE, 2008a). Assim, tanto quanto em Politzer, há uma inegável influência da *Gestaltheorie*, que se nega a compreender o todo como mero agregado das partes⁵¹. Ressaltemos, ainda, que a personalidade é um conceito relacional, cuja gênese, *eminentemente social*, é explicada pela seguinte tríade:

1. um *desenvolvimento biográfico* [...]
2. uma *concepção de si mesmo* [...]
3. uma certa *tensão das relações sociais* [...] (LACAN, 1987, p.31).

Por *desenvolvimento biográfico*, Lacan compreende “uma evolução típica” e “as *relações de compreensão* que aí podem ser lidas” (LACAN, 1987, p.31). E, para bem compreendermos este primeiro termo da tríade, devemos esclarecer estes dois conceitos que a compõem.

O que é chamado de “evolução típica” pode melhor ser entendido pelo termo “estruturas reativas”, que lhe é permutável na Tese. Com este conceito, Lacan opõe à contingência dos acontecimentos do mundo uma *tipicidade de reação*, uma *forma*

⁵¹ Interessante notar como esta postura marcará Lacan até o fim, de modo que sua teoria sempre buscará trabalhar com grandes estruturas (neurose, psicose, perversão), não com uma pluralidade de síndromes e transtornos distintos.

padronizada de reação, “comum ao normal dos homens” (LACAN, 1987, p.26). Trata-se de uma regularidade de fundo eminentemente biológico, motivo pelo qual Lacan diz se tratar de “uma lei evolutiva, em lugar de uma síntese psicológica” (LACAN, 1987, p.27). Ocorre que esse fundo biológico é, em si, *desprovido de sentido*. Muito longe de encontrar significados no processo maturacional, Lacan encontra aí uma simples *regularidade*, que funciona como ocasião para que “nós observadores” (LACAN, 1987, p.27) façamo-la *compreensível*.

E é com o conceito de origem jaspereniana⁵² de *relações de compreensão* que Lacan irá instalar, *em uma rede de natureza social*, a possibilidade de valoração dos fenômenos da personalidade. Em relação a esta rede social,

o conjunto das relações fisiológicas, das quais ela evidentemente depende, mas quanto à qual é relativamente autônoma, determina uma ordem de realidade diferente, já que não é especificamente humana (OGILVIE, 1991, p.27).

Portanto, *compreender*, neste contexto, significa “repor um fenômeno psíquico em seu nível próprio, humano” (OGILVIE, 1991, p.27). E não importa que este sentido com o qual dotamos aquilo que é a pura coisa desprovida de significados seja “tão pouco fundamentado quanto a interpretação homogênea (*participacionista*) que dá o primitivo ao conjunto dos fenômenos naturais” (LACAN, 1987, p.27). O que é efetivamente importante é o fato de que conseguimos, assim, recuperar a *legibilidade* e garantir um valor objetivo àquilo que se nos apresentava como incompreensível.

Com o conceito de *concepção de si mesmo*, por sua vez, Lacan procura operar um deslocamento de grande porte, colocando-o no lugar vazio deixado pela noção comum de *intencionalidade*. Isto porque “a idéia de intencionalidade não cabe nesta análise objetiva de um desenvolvimento regular que, por mais compreensível que seja, deve ser submetido às exigências do determinismo científico” (SIMANKE, 2002, p.68-69). De fato, Lacan deixa claro que, em uma tese científica, não pode haver lugar algum para o ato voluntário ou para o ato de liberdade moral, já que no conhecimento

⁵² Devo ao colega Daniel Nagase a observação de que, muito embora este conceito de relações de compreensão possa ter chegado a Lacan via Karl Jaspers, ele tem sua origem em Wilhelm Dilthey.

científico “o determinismo é uma condição *a priori* e torna tal existência contraditória com seu estudo” (LACAN, 1987, p.28). Não é estranho, portanto, que encontremos no determinismo absoluto de Espinosa a estratégia lacaniana para a explicação da noção comum de intencionalidade.

“Pois os homens têm o hábito de formar idéias universais [...], idéias que tomam como modelos das coisas” (ESPINOSA, 2007, p.265) ⁵³. Assim, o homem pensa, dirá Espinosa a título de exemplo, que a habitação é a causa final que lhe faz construir uma moradia. Mas isto que é considerado pelos homens como uma causa final “não se trata senão do próprio apetite humano” (ESPINOSA, 2007, p.265), não se trata, portanto, senão do *desejo* de habitar uma casa, de algo anterior na série causal — uma *causa eficiente*, portanto — e que só “é considerado causa primeira, porque, em geral, os homens desconhecem as causas de seus apetites” (ESPINOSA, 2007, p.265).

A explicação de Lacan para o conceito de intencionalidade é perfeitamente análoga. O sujeito, que tem o apetite de orientar sua conduta “segundo as imagens mais ou menos ‘ideais’ de si mesmo” (LACAN, 1987, p.31), ilusiona que estes ideais são causas finais e que seus desejos são desprovidos de causa. Essa imagem ideal, entretanto, não só é uma causa eficiente como também pode ser reduzida a complexos afetivos que se prendem a ontogênese do psiquismo, complexos nos quais poderemos encontrar uma tensão interna ao eu (LACAN, 1987). Ora, esta tensão não é senão “o conflito do *Ich* e do *Über-Ich*” (LACAN, 1987, p.28), ou seja: Freud é, aqui, aquele que realizaria o projeto espinosano de construir uma explicação para a causa de nossos apetites, impedindo-nos de considerá-los causas primeiras. Pois se Lacan fará questão de destacar que *o sentido* do fenômeno psicológico “por mais ilusório que seja [...] tem sua lei”, ele não será menos enfático ao dizer que

O mérito desta nova disciplina, que é a psicanálise, é nos ter ensinado a conhecer essas leis, a saber: aquelas que definem a relação entre o sentido objetivo de um fenômeno de consciência e o fenômeno objetivo a que corresponde [...] (LACAN, 1987, p.248).

⁵³ Trata-se do prefácio à Ética IV.

Mas uma análise minuciosa da apropriação lacaniana das relações entre Eu e Supereu nos dispersaria por demais. O que nos interessa aqui é sobretudo a *substituição de um ato moral por uma tensão social*. Esta tensão, que caracteriza a conduta do sujeito, nos leva diretamente à terceira substituição de Lacan: é a *tensão das relações sociais* que assume o lugar deixado pela *responsabilidade moral*. Isto porque aquela “aparente autonomia do indivíduo é essencialmente relativa ao grupo” (LACAN, 1987, p.30), ou seja, aquilo que o sujeito reconhece como uma postura ética diz respeito, na verdade, aos modos pelos quais ele “se sente afetado em relação a outrem” (LACAN, 1987, p.31).

E é aí que o conceito de personalidade da Tese ganha todo o seu sentido, “ou seja, a personalidade não é o refúgio de alguma forma de singularidade radical, ela é o solo que me permite compreender a estrutura relacional entre o sujeito e o outro” (SAFATLE, 2008a).

*

Mas aprofundemo-nos um pouco mais na tentativa lacaniana de objetivação da personalidade. São duas, dirá Lacan, as fontes de conhecimento a que podemos recorrer na tentativa de reforçar os pilares frágeis do conceito de personalidade: 1ª- aquilo que é subjetivamente experimentado, ou seja, podemos realizar uma *análise introspectiva*; e 2ª- aquilo que pode ser objetivamente constatado, ou *analisado objetivamente*.

Ocorre que “a introspecção disciplinada só nos oferece perspectivas muito decepcionantes” (LACAN, 1987, p.24). A dita *função intencional* aparece, dados os seus fracassos constantes, antes como uma incapacidade: constata-se a impossibilidade de realização de uma auto-gestão de nossas tendências, ficando clara a impotência do sujeito em promover sua autodeterminação face às influências vindas do exterior.

Com o ocaso deste elemento da tríade, os outros dois se desvanecem imediatamente. Pois o que se torna a síntese, senão meras “tentativas de síntese, sujeitas a fracassos” (LACAN, 1987, p.25)? E se não há *continuidade*, se não há um eu que permanece ao longo do tempo, não há como falarmos em alguém que possa ser *responsabilizado* pelos seus atos. A noção de personalidade, desta forma, desaparece completamente, dando lugar a uma interminável “sucessão de personalidades”

(LACAN, 1987, p.25). Atacado em seu ponto frágil, o sujeito desmorona com uma facilidade tamanha que dá a medida da importância do seguinte alerta de Lacan:

É demasiado fácil o jogo, para a crítica psicológica, com esses novos dados da introspecção, de conceber a pessoa como o elo sempre pronto a se romper, e aliás arbitrário, de uma sucessão de estados de consciência, e de aí apoiar sua consideração teórica de um eu puramente convencional (LACAN, 1987, p.25-26).

Assim, seguindo-se a tradição legada por Bichat, tenta-se produzir conhecimento sobre o homem exigindo-se do sujeito o silêncio de um cadáver. Pois nenhuma de suas ilusões pode interessar àquele que deseja, justamente, livrar-se delas. Mas, dirá Lacan, “é aqui que deve intervir o ponto de vista objetivo que devolve seu verdadeiro peso à noção que parece se desvanecer” (LACAN, 1987, p.26). *A personalidade encontra seu valor objetivo no resgate do sentido*, na escuta de um discurso, ou ainda, nesta:

atitude vital típica do ser humano que consiste não apenas em submeter-se às determinações externas, mas retomá-las numa ordem de representação que é a da linguagem e dos comportamentos que são seus corolários (Lacan dirá mais tarde, “o simbólico”) (OGILVIE, 1991, p.28).

É, portanto, no limite de seu desaparecimento, que Lacan promoverá o retorno da noção de sujeito aos domínios da objetividade. E será Politzer, novamente, o norte lacaniano:

A resposta de Politzer já indicava o caminho a ser trilhado por Lacan: o fato psicológico não é um dado imediato. Antes, ele é *constituído* pela narrativa que o sujeito faz ao outro (ainda com o minúsculo). No que tange à subjetividade, fato e narrativa são uma só coisa. O aparecer e o ser são indiscerníveis, da mesma forma que são indiscerníveis a aparência da dor e a dor — velha intuição de Wittgenstein. O valor da

psicanálise estava, então, na percepção de que uma ciência da subjetividade seria, necessariamente, uma lógica da enunciação. (SAFATLE, 2000).

Evidente que não se trata, nem em Politzer, nem no Lacan de 1932, “da tese ontológica, segundo a qual “o inconsciente é estruturado como a linguagem” (PRADO Jr., 1991, p.) — tese que aqui, não obstante, parece querer se insinuar. De qualquer modo, o que nos importa é que, em ambos os casos, “a psicanálise é, ao mesmo tempo, descoberta do sentido da subjetividade e descoberta da *subjetividade do sentido*” (idem, p.22). Reencontro do sentido nas palavras do paciente, outrora silenciadas: será sempre em tons politzerianos que, em Lacan, o sujeito retornará.

*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOUVERESSE, J. *Le mythe de l'intériorité*. Paris : Les Éditions de Minuit, 1987.

BRÉHIER, E. *Historia de la filosofía*. Tradução ao espanhol de Demetrio Nanez. Buenos Aires: Sudamericana, 1962.

BRENTANO, F. *Psychologie du point de vue empirique*. Paris : Éditions Montaigne, 1944.

CANGUILHEM, G. *Que é a Psicologia?*. In: *Impulso*. São Paulo, v.11, n.26, 1999.

CARMAN, C. C. “Realismo científico” se dice de muchas maneras, al menos de 1111: una elucidación del término “realismo científico”. In: *Scientiae Studia*. São Paulo, v.3, n.1, p.43-64, 2005.

CARVALHO, J. *Prefácio* in. HUSSERL, E. *A filosofia como ciência de rigor*. Trad. Albin Beau. Coimbra: Oficinas da Atlântida, 1965.

DESCARTES, R. *Meditações metafísicas*. Coleção *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

EINSTEIN, A. *A teoria da relatividade especial e geral*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

ESPINOSA, B. *Ética*, tradução de Tomaz Tadeu. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FERRATER MORA, J. *Dicionário de Filosofia – Tomo I*. São Paulo: Ed. Loyola, 2000.

FREUD, S. *A interpretação dos sonhos*. Rio de Janeiro: Imago, 1900/2001.

_____. [1914] *Algumas observações sobre o conceito de inconsciente na psicanálise*. In: *Escritos sobre a psicologia do inconsciente*. Rio de Janeiro: Imago, 2004.

_____. [1923] *O eu e o isso*. In: *Obras completas*, vol. XIX. Rio de Janeiro: Imago, 1969.

- FURLAN, R. *Freud, Politzer, Merleau-Ponty*. In: *Psicologia USP*. São Paulo, v.10, n.2, p.117-138, 1999.
- GABBI Jr., O. *Considerações sobre a eterna juventude da psicologia: o caso da psicanálise*. In: POLITZER, 1998.
- _____. *Pequenas Notas a “Que é a Psicologia?”*. In: *Impulso*. São Paulo, v.11, n.26, 1999.
- GIREL, M. *Avant-propos à la deuxième édition*. In: WAHL, J. *Vers le concret*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2004.
- GOLDSCHMIDT, Victor. *Tempo histórico e tempo lógico na interpretação dos sistemas filosóficos*. In: *A religião de Platão*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1963.
- HARRÉ, R. *Great scientific experiments*. Oxford: Phaidon, 1981.
- KANT, E. *Crítica da Razão Pura*. Lisboa: Editora Calouste Gulbenkian, 2001.
- KAUFMANN, J. N. *Brentano, Twardowski, Husserl – Esboço de uma Teoria Fenomenológica do Conteúdo*. In: *Manuscrito*, Published by the Center for Logic, Epistemology and History of Science (CLE). Campinas: UNICAMP, 2000.
- LACAN, J. *Da psicose paranóica em suas relações com a personalidade*. Trad.: A. Menezes, Marco A. C. Jorge e Potiguara M. da S. Jr. RJ, Forense Universitária, 1987.
- LALANDE, A. *Vocabulaire technique et critique de la philosophie*. Paris : PUF, 1991.
- LAPLANCHE, J. e LECLAIRE, S. *O inconsciente: um Estudo Psicanalítico*. In: EY, H. *O inconsciente – Volume I*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1969.
- LAPLANCHE E PONTALIS. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- LOUZÃ NETO, M. R. (org.) *Psiquiatria básica*. 2.ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

- MARIGUELA, M. A. *Jacques Lacan, o passador de Georges Politzer: surrealismo e psicanálise*. Tese de doutorado apresentada em 2005 à Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas.
- MARTON, S. *Nietzsche: uma filosofia a marteladas*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- MONTENEGRO, M. A. *Como descrever estados mentais?* In: *Manuscrito – Rev. Int. Fil.*, Campinas, v. 29, n. 2, pp. 551-574, julho-dezembro, 2006
- MORENO, A. R. *Wittgenstein: os labirintos da linguagem: ensaio introdutório*. São Paulo: Moderna, 2000.
- OGILVIE, B. *Lacan — a formação do conceito de sujeito*, Rio de Janeiro: Zahar, 1991.
- POLITZER, G. *Critique des fondements de la psychologie*. Paris: PUF, 2003.
- _____. *Crítica dos Fundamentos da Psicologia: a psicologia e a psicanálise*. Piracicaba: Ed. Unimep, 1998.
- PRADO JR., B. *Georges Politzer: 60 anos da Crítica dos Fundamentos da Psicologia*. In: PRADO Jr, B. (org.). *Filosofia da psicanálise*, São Paulo: Brasiliense, 1991.
- ROUDINESCO, E. *História da Psicanálise na França – A Batalha dos Cem Anos. Volume 2: 1925–1985*.
- SAFATLE, V. *A ilusão da transparência*. In: *Revista Ágora*, Rio de Janeiro, junho de 2000.
- _____. *Lacan*. São Paulo: Publifolha, 2007.
- _____. *Conceito e ruptura*. Artigo publicado no jornal Folha de S.Paulo, no dia 12/10/2008.
- _____. Anotações de aula relativas ao curso *A constituição da racionalidade da clínica psicanalítica: o caso Jacques Lacan*, ministrado na FFLCH-USP. 2008a.
- _____. Anotações de aula relativas ao curso *Introdução à experiência intelectual de Theodor Adorno*, ministrado na FFLCH-USP. 2008b.

SILVA, F. L. *Bergson e Jankélévitch*. Estudos Avançados, São Paulo, v. 28, p. 333-346, 1996.

_____. *Descartes: a metafísica da modernidade*. São Paulo: Moderna, 2005.

SIMANKE, R. *Metapsicologia lacaniana: os anos de formação*. São Paulo, Discurso Editorial; Curitiba, Editora UFPR, 2002.

TORRES FILHO, R. R. *Ensaio de filosofia ilustrada*. São Paulo: Iluminuras, 2004.

WAHL, J. *Vers le concret*. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2004.

WATSON, J.B. *The ways of behaviorism*. Nova Iorque: Harper & Brothers, 1928.

ZIZEK, S. *Não existe grande Outro*. In: *Cult — Revista brasileira de cultura*, nº 125, Junho/2008.

*